

**FARN - FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE
DO NORTE**

BRENO EDUARDO GOMES DUARTE

**ANÁLISE QUALITATIVA DE INDICADORES FINANCEIROS: UM ESTUDO DE
CASO NA EMPRESA CABO SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA EM
NATAL - RN**

Natal/RN

2010

BRENO EDUARDO GOMES DUARTE

**ANÁLISE QUALITATIVA DE INDICADORES FINANCEIROS: UM ESTUDO DE
CASO NA EMPRESA CABO SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA EM
NATAL - RN**

Trabalho de monografia apresentado a
Faculdade Natalense para o Desenvolvimento
do RN para a obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientador: Márcio C. Brito (Esp.)

Yara A. Soares (Ms.)

Natal/RN

2010

RB: 34.221

FARN
BIBLIOTECA
Nº Reg. 001372
16 / 11 / 10

657.41

387a

2010

ex. 01

BRENO EDUARDO GOMES DUARTE

Trabalho de monografia apresentado a
Faculdade Natalense para o Desenvolvimento
do RN para a obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Yara Magaly Albano Soares, Ms – FARN
Orientador

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira, MS – FARN
Membro

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos, Esp –FARN
Membro

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ter feito tudo em minha vida, a minha família pelos apoios mais diversos possíveis, ao meus avós Alderi, Milaniz, Malvina (lá) e Tito a quem tudo eu devo, a minha amada esposa e companheira de todo o sempre, Alycelli Duarte, a meu filho tão amado, João Eduardo e aos amigos, em especial Jarlan Silva, e finalmente aos mestres e instituição que tanto expandiram meus horizontes para o saber.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me deu a vida, dando-me força, paciência e perseverança para nunca desistir e sempre enfrentar as dificuldades que tive ao longo do curso.

Ao minha grande família, vasta em tamanho e qualidades que se estendem desde do meu grande e amado velho, o meu avô Alderi Duarte a quem tudo eu devo e que me mostrou o equilíbrio e felicidade com a simplicidade da vida, juntamente com minha mada avó Milaniz Duarte, meu anjos da guarda lá (Malvina) e Tito até meu filho tão amado e querido João Eduardo.

Mais uma vez ao grande amigo, irmão e compadre, contador, administrador, consultor, auditor e conhecedor dos causos da vida, Jarlan Silva, pelo apoio e força ao longo do curso e dos anos.

Aos mestres que me acompanharam ao longo da graduação e que me ajudaram a entender e compreender a importância de cada conteúdo mostrado levarei comigo por toda vida estes ensinamentos.

Ao mestre Renkel Aladim que me deu a base teórica, e sem a qual não conseguiria evoluir para o entendimento contínuo da ciência contábil.

Aos mestres e orientadore Marcio eYara pelo apoio e compreensão do escasso tempo que tínhamos de discutir sobre o assunto.

A Cabo Serviços de Telecomunicações por ter cedido as informações bases para as análises.

E aos mestres da pratica contábil, na qual eu pude por em pratica e adquirir conhecimento e honra de ter trabalhado com; Janira Maria (AGN), Ayla Cortez (SEMUT - AJUR), João Maria (Amaral & Associados) e Franklin Campos (Cabo Telecom), de todos os profissionais de diversos locais, foram com esses que pude unir aprendizado profissional, ético e moral, que guardei e levarei onde estiver, no meu trabalho e com minha família.

Finalmente, a todos meus amigos e amigas pela compreensão e amizade durante toda minha vida e na graduação.

Enfim, agradeço a todos vocês por tudo.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar os indicadores financeiros da Cabo Serviços de Telecomunicações LTDA, obtidos através das demonstrações financeiras, com o fim de exprimir a situação do patrimônio da companhia e as suas mutações, como: Balanço Patrimonial; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, referente aos exercícios 2006 - 2008. Aborda a contabilidade e a análise financeira. Caracteriza a Cabo Telecom, destacando suas atividades no RN, ressaltando os principais demonstrativos contábeis e através dos resultados de todos os indicadores econômico-financeiros, é que se torna prudente fazer uma síntese da situação financeira da empresa. Este estudo contemplou os componentes da análise financeira e escolheu os índices que mais refletiam a situação econômico-financeira da *Cabo Telecom* no período de 2006 a 2008, baseado em técnicas de análise financeira e de balanço, concluindo que a situação inspira cuidados, já que trabalha em uma situação de risco financeiro. É recomendável um acompanhamento da política que define a utilização de capital de terceiros. A análise da empresa estudada permite aos gestores a visualização dos acontecimentos financeiros no período de 2006 a 2008, onde foi observado o comportamento das contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica, telematizada em site na Internet e através de documentos internos da empresa. Pode-se concluir que a análise financeira de uma empresa é de fundamental importância e servirá como ferramenta básica de orientação para tomada de decisões. Esta pesquisa foi uma amostra, cabendo a empresa aprofundar com outros indicadores para obter melhor diagnóstico. Uma das principais características da pesquisa apresentada é a amplitude com que se tratou o tema exposto. Diante disso, a pesquisa por sua vez não se concentrou em um só foco, direcionando-se para vários caminhos. Por fim utilizamos a pesquisa descritiva, e quanto aos meios foi utilizada uma pesquisa documental nos arquivos conservados pela empresa em análise.

Palavras-chaves: Indicadores. Análise financeira. Tomada de decisões.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the financial indicators of Cabo Serviços de Telecomunicações LTDA, obtained through the financial statements in order to express the position of company assets and their mutations, such as Balance Sheet, Statement of Profit or Accumulated losses, statement of income for the year and Demonstration of the origin and application of resources, covering the years 2006-2008. Addresses the accounting and financial analysis. Characterizes the Cabo Serviços de Telecomunicações LTDA in the RN, highlighting the main financial statements and by results of all the economic-financial indicators, it becomes prudent to summarize the financial position of the company. This study included the components of financial analysis and chose the more indexes that reflected the economic and financial situation of Cabo Serviços de Telecomunicações LTDA in the period 2006 to 2008, based on techniques of financial analysis and assessment, concluding that the situation based care, as it works in a situation of financial risk. We recommend monitoring of the policy that defines the use of capital from third parties. The analysis of the company studied allows managers to view the events in the financial period 2006 to 2008, where he was observing the behavior of the accounts of the Balance Sheet and Statement of Results for the year. We used a literature search, in telematizada web site and through internal company documents. It can be concluded that the financial analysis of an enterprise is of fundamental importance and serve as a basic tool to guide decision making. This research was a sample, while the company further with other indicators for better diagnosis. One of the main features of the research presented is the extent to which dealt with the above. Given this, the research in turn did not focus on one focus, directing them to various ways. Finally we used the descriptive research, and the means was used documentary research in the archives kept by the company in consideration.

Keywords: Indicadres. Financial Analysis. Making.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	09
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	10
1.3 OBJETIVOS	11
1.3.1 Geral	11
1.3.2 Específicos	11
1.4 JUSTIFICATIVA.....	11
1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	14
1.5.1 Tipo de pesquisa.....	14
1.5.2 Amostra e coleta de dados.....	15
1.5.3 Tratamento dos dados.....	15
2 REFERENCIAL TEORICO.....	16
2.1 A EMPRESA E SEU AMBIENTE.....	16
2.2 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	17
2.2.1 Balanço Patrimonial – BP.....	18
2.2.2 Demonstração do Resultado do exercício – DRE.....	20
2.2.3 Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados – DLPA.....	21
2.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.....	22
2.2.5 Demonstrações das Origens e Aplicações dos Recursos – DOAR.....	24
2.2.6 Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC.....	25
2.2.7 demonstração do Valor adicionado – DVA.....	26
2.3 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES.....	27
2.3.1 A análise.....	29
2.3.2 Os índices.....	30
2.3.3 Análise vertical e horizontal.....	32
2.3.4 Análise de liquidez.....	35
2.3.5 Análise das atividades.....	38
2.3.6 Análise do endividamento.....	40
2.3.7 Análise da lucratividade.....	42
3 RESULTADO DA PESQUISA.....	46
3.1 APLICAÇÃO DAS ANÁLISES QUANTITATIVAS.....	46
3.2 RESULTADO DAS APLICAÇÕES DAS ANÁLISES.....	53
3.3 ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE OS DADOS APRESENTADOS.....	54
4 CONCLUSÕES.....	59
5 REFERÊNCIAS.....	61

1. INTRODUÇÃO

Em um ambiente econômico totalmente globalizado, a competitividade tem se tornado o foco principal das atuações empresariais. Tanto que as empresas já se conscientizaram que uma boa gestão não é mais uma arma competitiva, mas uma maneira de se igualar aos demais.

Neste ponto de vista e, inserida nos mais diversos ramos de atividade, as empresas são pessoas com personalidade jurídica, tendo como principal objetivo à maximização da riqueza. É um todo segregado em partes, e para que se possa interpretá-la é necessário conhecer cada uma de suas partes, trabalhando como um sistema único com um intuito comum, a empresa sofre alterações de ambientes internos e externos, que vão originando diariamente suas operações.

Sendo assim, a contabilidade como a Ciência que estuda o patrimônio e todas as suas mutações, se apresenta como ferramenta financeira e gerencial neste contexto, pois suas técnicas e práticas proporcionam a emissão de relatórios que a contento oferece o mínimo de informações quantitativas de cunho qualitativo oferecendo à organização e a seus usuários internos e externos subsídios concretos para tomada de decisão neste mercado competitivo epigrafoado acima.

Ratificando a informação já mencionada a análise das demonstrações contábeis, desempenha um papel fundamental nas empresas, permitindo a esta a concretização da transformação de dados em informações, e a conseqüente tomada de decisão. Esta análise ainda se alicerça na maior interação entre os mercados, que tem proporcionado o aumento da exigência dos clientes e um crescimento acirrado da concorrência nas empresas.

Todo este processo de informação advindo das organizações, sejam estas observando demonstrativos financeiros, ações de cidadania ou pela venda e/ou prestação de serviços torna-se de cunho estratégico para o desenvolvimento da sociedade. Sejam elas através do desenvolvimento de pesquisas, da aplicação destas pesquisas e/ou de sua divulgação além de outras ações importantes no contexto sociológico. Os meios de comunicação então passaram a ser também peça fundamental neste processo, pois toda informação para ser útil tem que ser de acesso a todos os interessados. Estas empresas hoje, apesar de não serem os canais oficiais de divulgação (com exceção do Diário Oficial) de informações financeiras do mercado de capitais para tomada de decisão, têm suas ações

negociadas no mercado primário e com isto, trabalha seu desempenho para captar recursos, atrair novos investidores, assim como a demonstração da evolução de seu valor econômico.

Neste contexto, mercado, globalização e igualdade de trabalho, as empresas de distribuição de canais de TV por assinatura têm enfrentado uma demanda crescente, aliada a concomitante ampliação da exigência quanto à qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Esta nova realidade tem despertado quanto à necessidade de planejamentos mais efetivos e principalmente de um controle acirrado, fazendo com que os gestores careçam de informações concretas, para assim, ter maior probabilidade de manter-se equilibrada dentro de um mercado repleto de inovações. A Contabilidade mais uma vez pode ser tida como a principal fonte para as informações necessárias aos gestores e demais usuários.

Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho é demonstrar como a análise das demonstrações contábeis auxilia no processo decisório da empresa TV a cabo, Cabo telecom Ltda., necessitando conhecer suas viabilidades mercadológicas, e aplicou-se a efetivação destes ciclos, com suas devidas consequências.

1.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA:

A TV a cabo ou televisão de antena comunitária (respectivamente Cable Television, ou Community Antenna Television em inglês, CATV) é um sistema de distribuição de conteúdos audiovisuais de televisão, de rádio FM e de outros serviços para consumidores através de cabos coaxiais fixos, ao invés do tradicional e antigo sistema de transmissão via antenas de rádio (televisão aberta). Espalhou-se por vários países, principalmente através dos serviços de TV por assinatura.

A história da TV a cabo e sua regulamentação durante o congelamento de concessões televisivas nos EUA no fim dos anos 40, a demanda por televisão aumentou. Já que novas licenças para canais de televisão não estavam sendo concedidas, a única maneira de fornecer o acesso a televisão a todos foi através da Televisão de Antena Comunitária. O primeiro sistema de CATV comercial foi desenvolvido por John Walson em 1948. Ele tinha interesse de sua loja de eletrodomésticos começar a vender televisores. Um grande problema na hora de vender televisões em Mahanoy City, Pensilvânia, era que a recepção do sinal das estações que estavam disponíveis era precária. Walson construiu uma antena no

topo de um morro próximo e puxou um fio de lá até sua loja. Ele disse que estenderia o fio a qualquer um que comprasse um de seus televisores. E em 1949 ele começou a cobrar pelo serviço. (TV a cabo,2009)

TV a cabo é o serviço de telecomunicações que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transporte por meios físicos.



Fonte: ANATEL (2009)

A Cabo serviços de Telecomunicações Ltda., com sede e foro na Rua senador José Ferreira de Souza, 1916 – Candelária, em Natal/RN, é uma sociedade limitada de capital fechado que se regerá de acordo com a Lei Federal nº. 8.977 de 06 de janeiro de 1995, conhecida como “lei da cabo” e pela demais disposições legais aplicáveis.

A sociedade que teve sua abertura em 27 de janeiro de 1999 tem por atividade econômica principal comercialização e operação de TV por assinatura por cabo e demais prestações de serviços secundários como de serviços de comunicação multimídia, provedores de voz sob protocolo pela internet – VOIP e demais serviços ligado a telecomunicação e pela internet. O prazo de duração é indeterminado. E o seu público alvo são residências e entidades públicas, mistas e privadas.

1.2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA:

Neste contexto esta pesquisa se propôs a identificar **quais as principais informações percebidas pelo pesquisador sobre a evolução e situação econômico financeira da Cabo Telecom no triênio 2006-2008?**

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Geral

O objetivo geral da pesquisa é apontar as principais informações percebidas pelo pesquisador sobre a evolução e situação econômica e financeira da Cabo Telecom no triênio 2006-2008.

1.3.2. Específicos

- Coletar os demonstrativos contábeis obrigatórios publicados no triênio 2006/2008.
- Calcular os principais indicadores econômicos financeiros estabelecidos pela literatura financeira.
- Verificar quais as principais ocorrências realizadas na comparação temporal e vertical respaldado pelos índices econômicos financeiros.

1.4. JUSTIFICATIVA

Dentre as ferramentas gerenciais de grande uso, encontra-se a análise das demonstrações contábeis e financeiras com seus indicadores econômicos, que tem se mostrado como uma maneira eficiente de traduzir a uma linguagem acessível a todos os usuários.

Optando, portanto, por encarar o mercado e ter conhecimento da própria empresa dentro de um contexto econômico nacional e mundial a Cabo Telecom, permitiu fazer uma análise sucinta no período em que deu início as suas atividades, se sentindo assim mais capaz de se posicionar neste mercado tão competitivo.

Seguindo a idéia de que a empresa é um sistema único que trabalha objetivando a maximização da riqueza, com a devida otimização do patrimônio líquido, pode-se determinar que toda e qualquer transação ocorrida dentro da empresa é com esse fim em específico.

As transações ocorridas diariamente na empresa são segundo Padoveze e Benedicto, (2004, p. 6):

A base para o lançamento contábil. Em outras palavras, o método de acumulação dos valores nas contas contábeis inicia-se com o lançamento contábil, procedimento sistematizado que identifica as transações que alteram o patrimônio da entidade e registra nos livros contábeis todos os elementos necessários para evidenciar especificações do evento transacionado.

A empresa é então composta por uma série de atividades que objetivam um fim único, a maximização da riqueza. Com isso em cada transação se têm à junção de diversos eventos econômicos que são executados no intuito de dar andamento às operações da empresa.

Os eventos econômicos são representativos das atividades necessárias para a gestão da empresa. Portanto, os principais eventos econômicos representam as atividades operacionais da empresa. Exemplificando: o evento econômico que compra é desenvolvida normalmente pelo setor de suprimentos, ou seja, pela área de responsabilidade que executa a atividade de compras dentro da empresa; o evento econômico venda é desenvolvido normalmente pelo setor de comercialização etc. (PADOVEZE; BENEDICTO, 2004, p. 6).

É possível, então visualizar que cada transação ou evento tem como objetivo o aumento do patrimônio líquido, sendo estes eventos agregados e evidenciados nas demonstrações contábeis, sendo estas o modelo sintético representativo dos principais lançamentos, que, por sua vez, tendo como fim a representação do patrimônio, vão determinar os principais eventos econômicos e seus impactos patrimoniais (PADOVEZE, BENEDICTO, 2004).

Pode-se então afirmar que é através das demonstrações contábeis que se pode definir apropriadamente toda a transação empresarial, é através delas que se pode determinar a situação do patrimônio da entidade, de modo que, são nelas que se concentram todos os interesses dos mais diversos usuários, dentre eles: gestores, credores, investidores, fornecedores, clientes, governo e empregados.

Porém, vale salientar que as demonstrações contábeis por si só de nada podem contribuir para qualquer tipo de tomada de decisão, elas serão apenas conjuntos de dados, ou seja, aquilo que não causa nenhum impacto ao usuário.

Para que elas possam ser utilizadas para o seu verdadeiro fim, a possibilidade da tomada de decisão, elas devem ser a origem de fontes de informações, ou seja, aquilo que é novo e útil ao usuário. Assim, elas devem se estender a focalizar a transformação dos dados em informações, fazendo com que os dados sejam trabalhados de forma que os usuários possam ser influenciados por

eles, passando a tê-los como informações, e com elas quando da tomada de decisão possam escolher entre diversas alternativas a que mais se adequar aos seus objetivos.

E, para que, as demonstrações contábeis possam fornecer informações úteis, procedimentos específicos devem ser aplicados, existem algumas peculiaridades que precisam ser exploradas para que possa ser passada para o usuário a melhor maneira de tomar a melhor decisão possível.

É aí então que atua a análise de balanços, a qual segundo Matarazzo (2003, p. 15) [objetiva extrair informações das demonstrações financeiras para a tomada de decisão]. Acrescentando ainda: “as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A análise de balanço transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir”.(MATARAZZO, 2003,P 16)

Assim, é através da análise das demonstrações contábeis que o usuário poderá determinar informações novas, algo que causa impacto quando se descobre, e que permitem que os usuários tenham satisfeitas as suas mais diversas necessidades.

Abordando de maneira mais profunda Assaf Neto (2002, p. 48) afirma:

A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada presente e futura (projetada) de uma empresa.

Esclarece-se, portanto, o porquê da satisfação das necessidades dos mais distintos usuários, porquê é através da análise que se pode ter uma visão geral da empresa, sobre as mais diversas perspectivas. A análise permite observar a situação atual da empresa, possibilitando se tomar decisões de curto prazo, assim como permite ainda projetar situações futuras e analisar o risco de uma decisão de longo prazo. Valendo ainda acrescentar:

A análise econômico-financeira [...] é importante para o conhecimento da situação econômico-financeira de outras empresas, notadamente concorrentes, clientes e fornecedores. Porém, o mais importante instrumento de análise econômico-financeira é sua utilização interna pela empresa (PADOVEZE, BENEDICTO, 2004, p. 75).

A gestão empresarial é, portanto, totalmente dependente da análise de balanços, decisões de se vale à pena investir, se a empresa tem condições de arcar com suas dívidas, qual a necessidade de capital de giro para não prejudicar o funcionamento das suas operações, assim como qual o melhor momento de tomar recursos de terceiros ou de aumentar o seu capital próprio.

1.5. METODOLOGIA DA PESQUISA

Uma das principais características da pesquisa apresentada é a amplitude com que se tratou o tema exposto. Diante disso, a pesquisa por sua vez não se concentrou em um só foco, direcionando-se para vários caminhos. Esses caminhos foram o tipo de pesquisa que foi descritiva e a coleta dos dados por meios de documentos da empresa.

Segundo Vergara (2000) a pesquisa direciona-se segundo fins e meios. Acompanhando esta interpretação podemos definir como metodologia os seguintes tipos de pesquisas:

1.5.1. Tipo de pesquisa

Quanto aos fins – trabalhou-se com a pesquisa descritiva, sendo definida por Vergara como aquela que “[...] expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno” (VERGARA, 2000, p. 47). De modo que, foi enfatizado neste trabalho, o detalhamento das características da empresa trabalhada, abordando pontos essenciais para o desenrolar da atividade. Pode-se determiná-la ainda como explicativa, tendo esta “[...] como principal objetivo tornar algo inteligível, justificando os motivos, visa portanto, esclarecer quais fatores contribuem de alguma forma para ocorrência de determinado fenômeno” (VERGARA, 2000, p. 47). O que se enquadra perfeitamente na observação, uma vez que, se busca determinar a situação da empresa Cabo serviços de Telecomunicações Ltda.

1.5.2. Amostra e coleta de dados

Quanto aos meios: foi desenvolvida uma pesquisa documental realizada nos documentos conservados pela empresa em análise, sendo tal pesquisa definida por Vergara, (2000, p. 48), como aquela “[...] realizada em documentos conservados por órgãos públicos ou privados de qualquer natureza”. A pesquisa foi ainda fundamentada em materiais que expunham sobre o assunto abordado, podendo ser intitulada também como pesquisa bibliográfica, assim colocada por Vergara (2000, p.48): “Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

1.5.3 Tratamento dos dados

Os dados foram tratados mediante o acesso as informações gerenciais da empresa, a partir dos balanços e demais demonstrativos. Esses dados após serem aplicados as formulas de analises foram dispostos em planilhas criadas em ordem temporal para avaliação do quadro evolutivo financeiro e patrimonial. Para cada demonstrativo foi elaborado uma planilha agrupando os três períodos analisados, e seus valores demonstrados de forma percentil e numérica para facilitar ao analista. Ao final existe um quadro resumo onde mostra também de forma evolutiva toda a avaliação feita dos demonstrativos da empresa com colunas dispostas de formada educativa sobre a situação se boa, media ou ruim da empresa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A EMPRESA E SEU AMBIENTE

Envolvida em diversas partes a entidade é um sistema totalmente dependente de seu nicho econômico, político e financeiro que lhe afeta direta e indiretamente de acordo com as mudanças e regras estabelecidos pelo mercado e conjuntura atual. Essa mesma empresa que consome e provém os recursos vindos de matéria primas e transformados em novas matérias para provimento de produtos ou serviços de acordo com sua atividade, também requer posicionamento quanto a sua atuação no mercado e sua situação momentânea e também ao longo dos períodos.

Para melhor visualizar ainda a inserção da empresa no ambiente econômico, pode-se acrescentar ainda:

Dentro do contexto da economia, a empresa pode ser compreendida como uma unidade tomadora de decisões econômicas (por exemplo, definir a combinação ideal de produção-preço) voltadas para a realização do lucro por meio da venda de bens e serviços (ASSAF NETO, 2002, p. 44).

Como afirma Padoveze e Benedicto (2004, p. 4) “[...] as empresas são organizadas em departamentos contábeis que congregam várias atividades básicas (ou setores) necessárias para operacionalizar os processos empresariais”.

É dessa forma que toda empresa requer ciência sobre seu patrimônio. É munido com essas informações que buscam os dirigentes e representantes de todas as empresas, onde uma informação pode garantir uma melhor administração e desempenho, atenuando ou agravando o bom andamento da entidade que busca em todos os setores e segmentos, manter-se, diante das adversidades que mudam as tomadas de decisões, de quem precisa manter a empresa competitiva dentro do mercado.

O objetivo de crescimento da empresa é imposto fundamentalmente por sua própria capacidade e interesse de sobrevivência. Economicamente, a realização de qualquer um dos parâmetros que definem o crescimento (receitas de vendas, lucros, rentabilidade etc.) traz normalmente vantagens aos proprietários (ASSAF NETO, 2002, p. 45).

Pode-se determinar que o objetivo da empresa seja a maximização da riqueza, sendo este a consequência dos vários objetivos que podem ser estabelecidos para a empresa, valendo salientar que isto não compromete o aspecto social da empresa (ASSAF NETO, 2002), uma vez que, "[...] são precisamente estes critérios que a sociedade deve esperar que as empresa apliquem às decisões econômicas para que fique assegurada a alocação eficiente dos recursos escassos" (ASSAF NETO, 2002, p. 47).

2.2. As DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Seguindo a idéia de que a empresa é um sistema único que trabalha objetivando a maximização da riqueza, com a devida otimização do patrimônio líquido, pode-se determinar que toda e qualquer transação ocorrida dentro da empresa é com esse fim em específico.

As transações ocorridas diariamente na empresa são segundo Padoveze e Benedicto, (2004, p. 6):

A base para o lançamento contábil. Em outras palavras, o método de acumulação dos valores nas contas contábeis inicia-se com o lançamento contábil, procedimento sistematizado que identifica as transações que alteram o patrimônio da entidade e registra nos livros contábeis todos os elementos necessários para evidenciar especificações do evento transacionado.

A empresa é então composta por uma série de atividades que objetivam um fim único, a maximização da riqueza. Com isso em cada transação se têm à junção de diversos eventos econômicos que são executados no intuito de dar andamento às operações da empresa.

Os eventos econômicos são representativos das atividades necessárias para a gestão da empresa. Portanto, os principais eventos econômicos representam as atividades operacionais da empresa. Exemplificando: o evento econômico que compra é desenvolvido normalmente pelo setor de suprimentos, ou seja, pela área de responsabilidade que executa a atividade de compras dentro da empresa; o evento econômico venda é desenvolvido normalmente pelo setor de comercialização etc. (PADOVEZE, BENEDICTO, 2004, p. 6).

É possível, então visualizar que cada transação ou evento tem como objetivo o aumento do patrimônio líquido, sendo estes eventos agregados e

evidenciados nas demonstrações contábeis, sendo estas o modelo sintético representativo dos principais lançamentos, que, por sua vez, tendo como fim a representação do patrimônio, vão determinar os principais eventos econômicos e seus impactos patrimoniais (PADOVEZE, BENEDICTO, 2004).

Pode-se então afirmar que é através das demonstrações contábeis que se pode definir apropriadamente toda a transação empresarial, é através delas que se pode determinar a situação do patrimônio da entidade, de modo que, são nelas que se concentram todos os interesses dos mais diversos usuários, dentre eles: gestores, credores, investidores, fornecedores, clientes, governo e empregados.

As demonstrações contábeis são relatórios elaborados com base na escrituração mercantil mantida pela entidade, com a finalidade de apresentar aos diversos usuários informações de natureza econômica e financeira, relativas a gestão do patrimônio ocorrida durante um exercício social. Dentre as principais demonstrações a serem analisadas encontram-se; o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações de origens de aplicações e recursos, demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado.

2.2.1. Balanço Patrimonial - BP

É a demonstração destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, em uma determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade. No balanço deve compreender todos os bens e direitos, tanto tangíveis, como intangíveis, as obrigações e o patrimônio líquido da entidade, levantados a partir dos resultados contábeis no seu livro razão.

O balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando portanto, uma posição estática. (IUDÍCIBUS, et al 2008, p. 6).

É uma demonstração contábil que tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial de uma entidade numa determinada data. Representando,

portanto, uma posição estática da mesma. O Balanço apresenta os Ativos (bens e direitos) e Passivos (exigibilidades e obrigações) e o Patrimônio Líquido, que é resultante da diferença entre o total de ativos e passivos.

- **Ativo:** As contas representantes dos bens e direitos ficam dispostas em ordem decrescente do grau de liquidez dos elementos nelas registrados em três grandes grupos:

1. O ativo circulante que é composto pelos bens e direitos que estão em freqüente circulação no patrimônio (capital de giro). São valores já realizados ou cuja realização em dinheiro deva ocorrer até o fim do exercício subsequente. Seus principais grupos são: O grupo dos bens e direitos, grupo dos créditos com clientes, outros créditos, tributos a recuperar, investimentos a curto prazo e estoque.

2. Ativo realizável a longo prazo é um grupo oposto ao ativo circulante. Nesse são classificadas as contas de bens ou direitos que circularam somente após o término do exercício social seguinte. Nesse grupo pode configurar todas as contas representativas do ativo circulante, com exceção do grupo das disponibilidades.

3. Ativo permanente são os bens e direitos que não se destinam a venda e tem vida útil longa como é o caso dos bens. Esse grupo é formado pelos subgrupos de investimentos como os lucros gerados pelos dividendos, ou investimentos em obras de arte ou qualquer bem que gere receita para a empresa. Imobilizado onde ficam os bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da empresa e intangível onde ficam os recursos imateriais destinados a manutenção da empresa, como a marca da empresa. E o Diferido onde são classificadas as contas representativas dos recursos aplicados no pagamento de despesas que vão contribuir para o resultado de mais de um exercício social. São gastos que podem ocorrer mesmo antes da empresa iniciar suas atividades operacionais, como depois de tê-las encerradas.

- **Passivo:** As contas representantes das obrigações para com terceiros e próprio, ficam dispostas em ordem decrescente do grau de exigibilidade dos elementos nelas registrados em quatro grandes grupos:

1. Passivo circulante são classificadas as contas cujos vencimentos ocorram no exercício seguinte. Geralmente é composto por obrigações a

fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias e outras obrigações.

2. Passivo exigível a longo prazo figuram as mesmas contas do passivo circulante, porem vencíveis após o termino do exercício social seguinte.

3. Resultado de exercícios futuros ficam as contas de receitas de exercícios futuros, recebidas antecipadamente, diminuídas dois custos e das despesas correspondentes.

4. Patrimônio líquido é a parte do balanço patrimonial que corresponde aos capitais próprios. São de origem dos recursos dos sócios ou da gestão lucro ou prejuízo acumulados. Ficam dispostas nesses grupos as contas de capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação de patrimônio, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

2.2.2. Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

Destina-se a evidenciar a formação de resultado líquido do exercício, diante do confronto das receitas, custos e despesas apuradas segundo o regime de competência, a DRE oferece uma síntese econômica dos resultados operacionais de uma empresa em certo período. Embora sejam elaboradas anualmente para fins de divulgação, em geral são feitas mensalmente pela administração e trimestralmente para fins fiscais. A DRE, pode ser utilizada como indicadores de auxílio a decisões financeiras.

A Lei 6.404/76 define o conteúdo da demonstração do resultado do exercício, que deve ser apresentada na forma dedutiva, com os detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas e definindo claramente o lucro ou prejuízo líquido do exercício, e por ação, sem confundir-se com a conta de lucros acumulados, onde é feita a distribuição ou alocação do resultado (IUDÍCIBUS, et al 2008, p. 8).

- Conforme estabelece a lei, a DRE evidenciará:

1. A receita bruta das vendas e dos serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos.

2. A receita líquida das vendas e dos serviços, o custo das mercadorias e dos serviços vendidos e o lucro bruto.

3. As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais.

4. O lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais.

5. O resultado do exercício antes do imposto de renda e a provisão para esse imposto.

6. As participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumento financeiro, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados que não se caracterizem como despesas.

7. O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital sócia.

2.2.3. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA

A DLPA evidencia as alterações ocorridas no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados, no Patrimônio Líquido.

De acordo com o artigo 186, § 2º da Lei nº 6.404/76, adiante transcrito, a companhia poderá, à sua opção, incluir a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia (IUDÍCIBUS, at al 2008, p. 8).

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá discriminar: o saldo do início do período e os ajustes de exercícios anteriores, as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício e as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

1. Ajuste de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

2. Reversões de reservas correspondem às alterações ocorridas nas contas que registram as reservas, mediante a reversão de valores para a conta Lucros Acumulados, em virtude daqueles valores não serem mais utilizados.

3. Lucro ou prejuízo líquido do exercício é o resultado líquido do ano apurado na Demonstração do Resultado do Exercício, cujo valor é transferido para a conta de Lucros Acumulados.

4. Transferências para reservas são as apropriações do lucro feitas para a constituição das reservas patrimoniais, tais como: reserva legal, reserva estatutária, reserva de lucros a realizar, reserva para contingências.

De acordo com o § 2º do artigo 186 da Lei nº 6.404/76 a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e divulgada pela companhia, pois não inclui somente o movimento da conta de lucros ou prejuízos acumulados, mas também o de todas as demais contas do patrimônio líquido. Essa demonstração, observando o princípio da competência evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas.

2.2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

É um relatório contábil que visa evidenciar as variações ocorridas em todas as contas que compõem o patrimônio líquido em um determinado período. No Brasil, a Lei das Sociedades por Ações aceita tanto a demonstração das mutações do Patrimônio Líquido, quanto a de Lucros ou Prejuízos Acumulados, sendo que a primeira é a mais completa, contendo, inclusive, uma coluna com os dados da segunda.

Ela evidencia a mutação do Patrimônio Líquido em termos globais (novas integralizações de capital, resultado do exercício, ajustes de exercícios anteriores, dividendos, reavaliações, etc.) e em termos de mutações internas (no caso de prejuízo incorporações de reservas ao capital, no caso de lucro transferências de lucros acumulados para reservas, entre outras).

A elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é facultativa e, de acordo com o artigo 186, parágrafo 2º, da Lei das S/A, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) poderá ser incluída nesta demonstração. (IUDÍCIBUS, et al 2008, p. 8).

As contas que formam o Patrimônio Líquido podem sofrer variações por inúmeros motivos, tais como alguns itens que afetam o patrimônio total:

1. Acréscimo pelo lucro ou redução pelo prejuízo líquido do exercício
2. Acréscimo por reavaliação de ativos (quando o resultado for credor)
3. Acréscimo por doações e subvenções para investimentos recebidos
4. Acréscimo por subscrição e integralização de capital
5. Acréscimo pelo recebimento de valor que exceda o valor nominal das ações integralizadas ou o preço de emissão das ações sem valor nominal
6. Acréscimo pelo valor da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição
7. Acréscimo por prêmio recebido na emissão de debêntures
8. Redução por ações próprias adquiridas ou acréscimo por sua venda
9. Acréscimo ou redução por ajuste de exercícios anteriores

E alguns itens que não afetam o total do patrimônio:

1. Aumento de capital com utilização de lucros e reservas
2. Apropriações do lucro líquido do exercício reduzindo a conta Lucros Acumulados para formação de reservas, como Reserva Legal, Reserva de Lucros a Realizar, Reserva para Contingência e outras.
3. Reversões de reservas patrimoniais para a conta de Lucros ou Prejuízos acumulados
4. Compensação de Prejuízos com Reservas

A elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é relativamente simples, pois basta representar, de forma sumária e coordenada, a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas do Patrimônio Líquido, isto é, Capital, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Reservas de Reavaliação, Ações em Tesouraria e Lucros ou Prejuízos Acumulados.

2.2.5. Demonstração de Origens e Aplicações dos Recursos - DOAR

A DOAR é definida pela Norma Brasileira de Contabilidade (Técnica) – NBC T 3-6, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, por meio da Resolução CFC 686, de 14 de dezembro de 1990 (publicada no D.O.U. de 27.08.91), quanto ao seu conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura. Neste ditame legal a DOAR é conceituada como sendo “a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da Entidade”.

Dessa forma, a DOAR, como seu próprio nome diz, tem por objetivo apresentar informações relacionadas a financiamentos (origens de recursos) e investimentos (aplicações de recursos) da empresa durante o exercício, onde, estes recursos são os que afetam o capital circulante líquido (CCL) da empresa. Iudícibus e Marion (1999, p.210) expõem que o capital circulante líquido (ou capital de giro líquido) “é definido como Ativo Circulante menos Passivo (Exigível) Circulante”.

O poder preditivo da DOAR pode ser verificado quando é elaborada em moeda de poder aquisitivo constante, a fim de, de acordo com a Fipecafi (1994, p.568-569), identificar aspectos importantes como:

Conhecimento da política de inversões permanentes da empresa e fontes dos recursos correspondentes, constatação dos recursos gerados pelas operações próprias, ou seja, o lucro do exercício ajustado pelos itens que o integram, mas não afetam o Capital Circulante Líquido, verificação de como foram aplicados os recursos obtidos com os novos empréstimos de longo prazo, constatação de se e como a empresa está mantendo, reduzindo ou aumentando o seu Capital Circulante Líquido, verificação da compatibilidade entre os dividendos e a posição financeira da empresa.

As origens (fontes) de recursos caracterizam-se por serem as operações que aumentam o CCL, como obtenção de recursos através de financiamento a longo prazo, aumento do capital (em dinheiro), ou venda (em dinheiro) de itens do Ativo Permanente e do Realizável a Longo Prazo.

As aplicações (usos) de recursos, normalmente, decorrem de operações com o não-circulante, como a aquisição de bens ou direitos que venham a integrar o Ativo Permanente ou o Realizável a Longo Prazo, bem como distribuição de dividendos ou a redução do Passivo Exigível a Longo Prazo.

Conforme mencionado anteriormente, a NBC T 3-6 estabelece a estrutura e o conteúdo da DOAR, citando as principais origens e aplicações de recursos, contudo, não menciona a forma deste demonstrativo. No entanto, o artigo 188 da Lei 6.404/76 define a estrutura que a DOAR deve ter.

A DOAR ficou sendo um demonstrativo obrigatório até dezembro de 2007 para as empresas de capital aberto e fechado de acordo com a LEI 9.457/97, porém a partir de janeiro de 2008 ela acabou sendo desobrigada pela Lei 11.638/2007 entrando outros demonstrativos como o fluxo de caixa e o DVA. Nessa análise vamos utilizá-la por ter sido em fase transitória de sua obrigação e desobrigação, e como ela mesmo não sendo mais exigida por lei, continua sendo um demonstrativo opcional de importante análise. E usada pela empresa daremos continuidade na sua análise.

2.2.6. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

A origem da DFC é atribuída ao Financial Accounting Standards Board (Fasb), que, com o propósito de atender as necessidades norte americanas no que se refere aos investidores e as empresas que buscavam captar recursos no mercado financeiro, apresentou esse documento por meio de seu boletim n. 95 de 1987. No Brasil a DFC substituiu a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR), por ser mais simples o entendimento por lado dos investidores.

O fluxo de caixa é uma ferramenta de grande importância, gerencialmente falando. Se estiver bem elaborado, auxiliará a direção da empresa a tomar melhores decisões no tocante aos recursos em suas contas bancárias. Visa mostrar como ocorreram as movimentações das disponibilidades e o Fluxo de Caixa em um dado período de tempo. Vem substituindo em alguns países a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, e é fundamentada pela Lei nº 11.638/07 no Brasil. A demonstração do fluxo de caixa (DFC) passou a ser um relatório obrigatório pela contabilidade para todas as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

De forma condensada, esta demonstração indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa em determinado período e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro. Assim como a Demonstração de Resultados de Exercícios, a DFC é uma demonstração dinâmica e também está contida no balanço patrimonial (IUDÍCIBUS, MARTINS E RUBENS GELBCKE, 2008, p. 9).

O fluxo de caixa pode ser incorporado às demonstrações contábeis e o relatório deve ser segmentado em três grandes áreas:

1. Atividades operacionais que são as transações que envolvem a consecução do objeto social da empresa, como pagamentos e recebimentos de rotina.
2. Atividades de investimento compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou ligados ao objeto social da empresa.
3. Atividades de financiamento como captação de recursos de terceiros, ou dos sócios com o retorno em forma de lucro ou dividendos.

2.2.7. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Esse demonstrativo surgiu na Europa por influência da Grã-Bretanha, França e Alemanha, e tem sido cada vez mais difundido e adotado por outros países, principalmente por recomendação expressa da Organização das Nações Unidas – ONU. Tem como objetivo principal informar ao usuário o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição. Implantada oficialmente pela Lei nº 11.638/07 no Brasil. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição.

Obviamente, por se tratar de um demonstrativo contábil, suas informações devem ser extraídas da escrituração, com base nas Normas Contábeis vigentes e tendo como base o Princípio Contábil da Competência.

A riqueza gerada pela empresa, medida no conceito de valor adicionado, é calculada a partir da diferença entre o valor de sua produção e o dos bens e serviços produzidos por terceiros utilizados no processo de produção da empresa.

A DVA tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição. Não deve ser confundida com a DRE, pois esta tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, principalmente na apresentação do lucro líquido, enquanto que a DVA está dirigida para a geração de riquezas e suas respectivas distribuição pelos fatores de produção (IUDÍCIBUS, et al, 2008, p. 9).

A utilização do DVA como ferramenta gerencial pode ser resumida da seguinte forma:

1. Como índice de avaliação do desempenho na geração da riqueza, ao medir a eficiência da empresa na utilização dos fatores de produção, comparando o valor das saídas com o valor das entradas.

2. Como índice de avaliação do desempenho social à medida que demonstra, na distribuição da riqueza gerada, a participação dos empregados, do Governo, dos Agentes Financiadores e dos Acionistas.

O valor adicionado demonstra, ainda, a efetiva contribuição da empresa, dentro de uma visão global de desempenho, para a geração de riqueza da economia na qual está inserida, sendo resultado do esforço conjugado de todos os seus fatores de produção.

A Demonstração do Valor Adicionado, que também pode integrar o Balanço Social, constitui desse modo, uma importante fonte de informações à medida que apresenta esse conjunto de elementos que permitem a análise do desempenho econômico da empresa, evidenciando a geração de riqueza, assim como dos efeitos sociais produzidos pela distribuição dessa riqueza.

2.3. ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES

Vale salientar que as demonstrações contábeis por si só de nada podem contribuir para qualquer tipo de tomada de decisão, elas serão apenas conjuntos de dados, ou seja, aquilo que não causa nenhum impacto ao usuário. Para que elas possam ser utilizadas para o seu verdadeiro fim, a possibilidade da tomada de decisão, elas devem ser a origem de fontes de informações, ou seja, aquilo que é novo e útil ao usuário. Assim, elas devem se estender a focalizar a transformação dos dados em informações, fazendo com que os dados sejam trabalhados de forma que os usuários possam ser influenciados por eles, passando a tê-los como informações, e com elas quando da tomada de decisão possam escolher entre diversas alternativas a que mais se adequar aos seus objetivos.

E, para que, as demonstrações contábeis possam fornecer informações úteis, procedimentos específicos devem ser aplicados, existem algumas

peculiaridades que precisam ser exploradas para que possa ser passada para o usuário a melhor maneira de tomar a melhor decisão possível.

É nessa fase que se deve empregar a ferramenta de análise de balanços, a qual segundo Matarazzo (2003, p. 15) “objetiva extrair informações das demonstrações financeiras para a tomada de decisão”. Acrescentando ainda: “as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A análise de balanço transforma esses dados em informações e será tanto mais eficientes quanto melhores informações produzir” Matarazzo (2003, p. 16)

Assim, é através da análise das demonstrações contábeis que o usuário poderá determinar informações novas, algo que causa impacto quando se descobre, e que permitem que os usuários tenham satisfeitas as suas mais diversas necessidades.

As principais demonstrações são expostas sinteticamente para fins de uma visualização geral de toda a situação patrimonial, porem a mesma não nos informa sobre suas variações, ou nos mostra seus avanço ao longo dos períodos. Dentro desse assunto, pode se dizer, “Analisar uma demonstração é decompô-la nas partes que a formam, para melhor interpretação de seus componentes”. (FRANCO, 1989, p. 93).

As duas principais características de análise de uma empresa são a comparações dos valores obtidos em determinado período com aqueles obtidos em períodos anteriores e o relacionamento desses valores com outros afins. Dessa maneira, pode-se afirmar que o critério básico que norteia a análise de balanços é a comparação (ASSAF NETO, 2002, p. 100).

Na verdade, não há uma maneira única de se realizar a análise, diversas técnicas já foram desenvolvidas com essa função, e outras ainda são alvos de estudos, como afirma Matarazzo (2003, p. 23) da pesquisa no Brasil “atualmente, novas pesquisas são efetuadas pela DIAGNOSE – ANÁLISES EMPRESARIAIS LTDA – cujo know-how nada deve aos centros mais avançados no mundo”.

Na análise a técnica a ser utilizada vai depender diretamente da necessidade do usuário, aquela que conseguir sanar as suas necessidades, será a aplicada naquela situação.

Dentre as técnicas mais exploradas tem-se a análise vertical e horizontal, liquidez, atividades, endividamento e rentabilidade. Abrangendo técnicas mais avançadas tem-se: indicadores-padrão, análise setorial e qualificação financeira; análise de geração de lucros e criação de valor; análise dinâmica do capital de giro; e análise de balanço em perspectiva e critérios de avaliação de investimento (PADOVEZE, BENEDICTO, 2004).

Utilizaremos as técnicas mais exploradas, por motivo de as mesmas darem condições de transparecer uma informação sobre a análise de forma clara, concisa e coesa dos dados processados. Vale-se acrescentar que para uma interpretação efetiva das demonstrações contábeis muitas vezes um índice em isolado, ou mesmo uma técnica, pode não ser suficiente, o que se comumente percebe é que a junção de vários índices é que é responsável por informações efetivas e capazes de influenciar na tomada de decisão.

2.3.1. A análise

Quanto a utilização da análise dos índices financeiros, afirma que A análise por meio de índices financeiros é usada para comparar o desempenho e a situação de uma empresa com outras empresas, ou consigo mesma ao longo do tempo." Gitman (1987, P.102)

GITMAN acrescenta ainda que, além dos cálculos dos índices financeiros, o mais importante é a interpretação dos valores destes índices. E que os insumos básicos para a análise baseada em índices são a demonstração do resultado e o balanço patrimonial da empresa, referentes aos períodos a serem examinados.

No caso do Brasil, as quatro demonstrações financeiras principais requeridas segundo a Lei das Sociedades por Ações (Lei das S.A.) são: a demonstração do resultado do exercício, o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros retidos, e a demonstração dos fluxos de caixa. Gitman (1987, p.71). Estas são portanto, algumas das principais fontes de dados das empresas para os analistas financeiros no caso brasileiro

Segundo Foster (1986), a metodologia de análise de índices financeiros é a técnica de análise mais largamente utilizada e difundida no ambiente financeiro.

Para responder questões como se os valores dos índices estão altos ou baixos, se são bons ou ruins, é necessário ter uma base de comparação. Dois tipos de comparação entre os índices financeiros podem ser feitas.

Gitman (1997, p.103-105), classifica estas comparações como: análise cross-sectional e análise série-temporal e as define como [...] "Análise cross-sectional é a comparação de índices financeiros de diferentes empresas em um mesmo instante; envolve a comparação de índices da empresa com os correspondentes da principal empresa do setor ou com as médias da indústria." E [...] "Análise série-temporal é a avaliação do desempenho financeiro da empresa ao longo do tempo, utilizando a análise financeira baseada em índices."

Uma possível combinação destes métodos é também sugerida pela maioria dos autores como uma outra forma de análise. "Uma visão combinada permite avaliar a tendência do comportamento do índice com relação a tendência da indústria." (GITMAN p.105).

2.3.2. Os índices

Lev (1974, p. 46) diz que [...] "Os índices podem ser vistos de uma maneira geral como uma relação entre duas variáveis. No caso do ambiente financeiro, como a relação existente entre duas variáveis financeiras."

Entre alguns dos exemplos de relacionamento entre variáveis Lev (1974) cita a relação existente entre a demanda e o preço de um determinado produto, ou os custos de produção em função do volume produzido.

O que acontece na prática é que os analistas procuram fazer com que cada uma destas duas variáveis possua o maior número de informações possíveis, de forma que, através de um número índice se consiga analisar de maneira rápida e objetiva o maior número de informações possíveis de uma empresa.

Foster (1986), diz que os índices financeiros são a forma mais resumida de se analisar as demonstrações financeiras de uma empresa. Diz ainda que, as principais razões para se estudar dados em forma de índices são:

- O controle da variável "tamanho" entre a comparação de diferentes empresas numa determinada data ou ao longo do tempo.
- Tornar os dados mais consistentes através do uso de ferramentas de análises estatísticas, como por exemplo, análises de regressão.

- Provar uma determinada teoria onde o índice é a variável de interesse.
- Explorar uma regularidade empírica observada entre os índices financeiros e a estimação ou predição de uma variável de interesse, como por exemplo, o risco de uma ação ou a probabilidade de uma empresa declarar falência.

Foster (1986), destaca o controle da influência do tamanho de uma empresa, como a maior razão citada para a análise de dados em forma de índices financeiros.

Antes de se apresentar os índices financeiros propriamente ditos, apresentar-se-á de forma resumida algumas precauções com relação aos índices financeiros sugeridas por Gitman (1987).

- Um único índice financeiro não fornece informações suficientes para se julgar o desempenho global de uma empresa. Somente quando um grupo de índices for avaliado é que se poderá fazer julgamentos razoáveis. Se o objetivo da análise for examinar apenas certos ambientes específicos da situação financeira de uma empresa, então um ou dois índices poderão ser suficientes.

- As demonstrações financeiras quando comparadas, devem ser da mesma data ou mês de encerramento; caso contrário, os efeitos de sazonalidade podem levar a conclusões e decisões errôneas.

- É preferível usar demonstrações financeiras auditadas para fins de análise de índices financeiros. Se as demonstrações não forem auditadas, não há razão para se crer que os dados ali contidos reflitam a verdadeira situação financeira da empresa.

- Os dados financeiros que estão sendo comparados devem ter sido elaborados com os mesmos critérios. O uso de tratamentos contábeis diferentes – especialmente com relação a estoques e depreciação – pode distorcer os resultados das análises por índices financeiros, independentemente do tipo de análise utilizado, se cross-sectional ou série temporal.

Quando os índices financeiros de uma empresa são comparados com os de outra ou com os da própria empresa ao longo do tempo, os resultados podem ser distorcidos devido a inflação. Esta pode fazer com que os valores contábeis dos estoques e dos ativos depreciáveis sejam muito diferentes dos seus verdadeiros valores. Adicionalmente, as baixas contábeis do custo dos estoques e da depreciação podem diferir dos seus valores verdadeiros e assim, distorcer os lucros. Estes efeitos inflacionários geralmente tem maior impacto, quanto maiores forem as diferenças

nas idades dos ativos das empresas que estão sendo comparadas. Sem ajustes, a inflação tende a fazer com que as empresas mais antigas (ativos mais antigos) pareçam ser mais eficientes e lucrativas que as empresas mais novas (ativos mais novos). Obviamente, deve-se tomar cuidado ao comparar índices de empresas mais antigas com mais novas ou da própria empresa em um longo período de tempo."

2.3.3. Análise Vertical e Horizontal

A análise das demonstrações financeiras de uma empresa inclui o estudo dos seus dados financeiros e das relações existentes entre estes dados numa determinada data ou ao longo do tempo. Várias técnicas de análise vem sendo desenvolvidas e utilizadas no ambiente financeiro. Entre estas técnicas duas podem ser destacadas por sua facilidade e conveniência de utilização.

A primeira delas é a análise horizontal e vertical dos dados de cada conta dos balanço da empresa. Este método consiste em calcular o percentual de cada conta do balanço de uma determinada empresa e compará-los aos valores percentuais de uma outra empresa ou de seus próprios dados ao longo do tempo. Após feita a análise horizontal e vertical dos dados, surge como segunda ferramenta de análise o estudo das demonstrações financeiras através de índices.

2.3.3.1. Análise Horizontal

Identifica a evolução dos diversos elementos patrimoniais e de resultados ao longo de determinado período de tempo. É uma análise temporal do crescimento da empresa, que permite avaliar a evolução das vendas, custos e despesas; o aumento dos investimentos realizados nos diversos itens ativos; e a evolução das dívidas contraídas ASSAF NETO (2001, p. 54). É um processo desenvolvido por meio de números índices através da expressão:

$$\text{Número-índice} = \frac{V_d}{V_b} \times 100$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 101).

Segundo Manix (1997), os índices fornecem uma via rápida para monitorar as condições de uma empresa – apesar de permitirem um exame apenas superficial. Ele mesmo, como responsável por conceder empréstimos de um grande banco, utilizava índices como parte da análise de crédito, que lhe auxiliavam a decidir se o empréstimo deveria ou não ser concedido.

O objetivo da análise de relatórios e demonstrações contábeis compreende a indicação de informações numéricas, preferentemente, de dois ou mais períodos regulares, de modo a auxiliar ou instrumentar os administradores acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, governo, investidores e outras pessoas interessadas em conhecer a situação da empresa ou tomar decisão.

A análise compreende, portanto, o estudo das relações entre elementos patrimoniais, econômicos e financeiros contidos nos relatórios e nas demonstrações contábeis (AUGUSTO WALTER, 1988, p.60).

2.3.3.2. Análise Vertical

A aplicação do princípio das relações entre os componentes contábeis relatados nos relatórios e demonstrações têm por finalidade básica a indicação das causas que geram o aumento ou diminuição das receitas e despesas e sua influência na modificação do patrimônio administrado, assim como do incremento ou redução da capacidade financeira da empresa.

Os relatórios de análises, para serem significativos, de modo a permitir o conhecimento da situação econômica e financeira, e de sua tendência, devem abranger demonstrações relativas a dois ou mais períodos regulares (AUGUSTO WALTER, 1988, p.62).

Estuda as tendências da empresa, só que complementando as informações horizontais, que permite conhecer a estrutura econômica e financeira da empresa Assaf Neto (2001). É um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica em uma conta ou em um grupo de contas com um valor relacionável, identificado no mesmo demonstrativo. “O percentual de cada conta mostra sua real importância no conjunto” (MATARAZZO, 1998, p. 249) e a comparação com os percentuais da própria empresa, de anos anteriores, permite tirar conclusões sobre a situação de cada uma delas.

Utilizando-se de medidas ou parâmetros, o processo de análise permite que sejam estabelecidas inúmeras relações entre os componentes do patrimônio e do resultado ou, o mesmo, entre duas ou mais demonstrações periódicas. O processo de análise de estrutura, também denominado vertical, tem por finalidade avaliar a proporção de cada componente em relação ao total de que faz parte Augusto Walter (1988, p.64).

Para uma análise vertical, utiliza-se, portanto, a porcentagem ou coeficiente como instrumento de comparação, e essa proporção por parte em relação ao total será definida mediante aplicação de regra de três simples. Na prática seria como o total do ativo referente à proporção de cem por cento e seus derivados com proporções equivalentes. Deste modo torna mais fácil o entendimento e avaliação da demonstração contábil, utilizando as porcentagens, ao invés de tão somente os valores monetários.

Segundo Franco (1989) as porcentagens de cada grupo patrimonial variam, naturalmente de acordo com o ramo de atividade da empresa “[...] as indústrias imobilizam maiores somas de capitais que as empresas mercantis; os bancos movimentam mais capital de terceiros que capitais próprios e tem maiores disponibilidades que valores imobilizados e mais realizáveis que disponíveis”. (FRANCO, 1989, p.131). Não se pode, pois, estabelecer porcentagens-padrão que atendam todos os tipos de empresas.

O processo de análise de evolução, ou horizontal, permite a avaliação do aumento ou diminuição dos valores monetários indicativos dos componentes, mediante comparação entre si ou com o total (AUGUSTO WALTER, 1988, p.68).

A análise é efetuada sobre demonstrações contábeis de uma série de períodos regulares, ou seja, é necessário dois ou mais períodos iguais. Para isso se usa um instrumento matemático para indicar um valor como razão ou proporção de outro em períodos diferentes que é chamado de número índice ou simplesmente índice.

A comparação dos coeficientes de sucessivos períodos da vida da empresa nos mostra as variações aumentativas ou diminutivas de cada grupo em relação ao conjunto. Essas variações são importantes porque, através delas podemos conhecer a tendência de determinados grupos patrimoniais, em relação ao conjunto (FRANCO, 1989, p.134).

Uma empresa em desenvolvimento tem seus valores patrimoniais, sua produção e seus gastos em constante crescimento, não se podendo, através do exame de sua expressão monetária, saber os que cresceram em maior proporção.

2.3.4. Análise de Liquidez

A liquidez de uma empresa tem haver com as condições de pagamento das obrigações da empresa no curto prazo. Segundo Gitman (1987, p. 57) [...] "Liquidez é capacidade de uma empresa para satisfazer suas obrigações no curto prazo, na data do vencimento"

A liquidez, ainda segundo Gitman (1987, p.57), refere-se à solvência da situação financeira global da empresa, ou seja, a facilidade com que ela pode pagar suas contas.

Foster (1984), refere-se a liquidez como sendo a habilidade de uma empresa honrar seus compromissos de curto prazo quando estes vencem.

A liquidez de uma empresa é medida pela sua capacidade de satisfazer suas obrigações a curto prazo, na data do vencimento. A liquidez refere-se à solvência da situação financeira global da empresa (GITMAN, 1987, p. 220).

As três medidas ou índices de liquidez são: capital circulante líquido, índice de liquidez corrente e índice de liquidez seca.

- *Capital Circulante líquido = Ativo Circulante – Passivo Circulante*

$$\text{CCL} = \text{AC} - \text{PC}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 172).

Calcula-se o capital circulante líquido da empresa subtraindo seus passivo circulante de seu ativo circulante. Segundo Gitman (1987) este calculo não é muito útil para comparar o desempenho de empresas diferentes, mas sim para o controle interno, mesmo assim o CCI mede a liquidez da empresa.

Quase sempre o contrato, através do qual se incorre num empréstimo a longo prazo, determina especificamente um nível mínimo de capital circulante líquido que precisa ser conservado pela empresa. Com essa exigência pretende-se obrigar a empresa a manter uma liquidez operacional suficiente e ajudar a proteger os empréstimos de credores. (GITMAN, 1987, p. 220).

Uma comparação em série temporal do capital circulante líquido da empresa ajuda a avaliar as operações da empresa facilitando muito seu controle interno e melhor desempenho quanto a aquisições de novos fundos para investimentos.

O capital circulante líquido será próprio quando a diferença for positiva. Se a diferença for negativa, aí, o capital circulante será de terceiros. A posição financeira da empresa, em curto prazo, é avaliada, portanto, pelo capital circulante líquido, que pode ser próprio ou de terceiros. (AUGUSTO WALTER, 1988, p.90).

- *Índice de Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante*

$$ILC = AC / PC$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 172).

Calcula-se o índice de liquidez corrente da empresa dividindo o ativo circulante com o passivo circulante da empresa. Considera-se que entre 1.0 e 2.0 é um índice de liquidez corrente aceitável, mas a determinação exata de um índice depende em grande parte do setor onde a empresa opera.

Um Índice de 1.0 seria considerado aceitável para uma empresa de utilidade pública, porém seria inaceitável para uma empresa industrial. A aceitabilidade de um Índice de liquidez corrente depende muito da previsibilidade dos fluxos de caixa da empresa (GITMAN, 1987, p. 220).

Quanto mais previsíveis forem os fluxos de caixa, menor será o índice de liquidez corrente exigido. Esse índice muito se assemelha com a relação de juros e risco empresarial no Brasil, onde quanto mais previsível e transparente forem as informações e demonstrações de uma entidade melhor será seu coeficiente de avaliação e menor os juros caso necessite de algum empréstimo, que está também diretamente ligado ao risco de qualquer negociação Augusto Walter (1988, p.98) O

quociente de liquidez corrente ideal fundamenta-se no ciclo operacional da empresa (produção ou comercialização)

- *Índice de Liquidez Seca = Ativo Circulante - Estoque / Passivo Circulante*

$$ILS = AC - Estoque / PC$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 172).

Calcula-se o índice de liquidez seca da empresa retirando do saldo do ativo circulante o valor da conta de estoque em seguida dividindo com o passivo circulante.

A suposição básica do índice de liquidez seco é que os estoques geralmente constituem o ativo circulante menos líquido e, portanto, devem ser ignorados (J. GITMAN, 1987, p. 221).

É Recomendado um índice de 1.0 ou superior. De novo o que se pode considerar aceitável depende muito do setor onde a companhia opera. Esse índice fornece uma medida melhor da liquidez global. Porém se o estoque for, dependendo do setor, facilmente convertido em caixa, o mesmo deverá entrar dentro da fórmula sua natureza ativo circulante Gitman (1987, p.221) [...] “Se os estoques forem líquidos, o índice de liquidez será uma medida de liquidez global preferível”

A liquidez seca é o teste mais rigoroso para medir-se a capacidade financeira a curto prazo da empresa. Seu quociente é obtido da comparação da soma das disponibilidades líquidas e dos direitos realizáveis a curto prazo, que podem ser convertidos em numerário por meio da negociação dos títulos de crédito ou antecipação por desconto em instituições financeiras, com o total das suas exigibilidades registradas no passivo circulante.

O indicador estático liquidez seca constitui a prova de fogo na medição de capacidade financeira a curto prazo. Essa prova de fogo, os norte americanos denominam test acid. Os analistas brasileiros se acostumaram com a orientação norte americana de que a relação 1:1 pode ser considerada como medida padrão da liquidez seca. (AUGUSTO WALTER, 1988, p.97).

2.3.5. Análise de Atividades

Os índices de atividade são usados para medir a rapidez com que varias contas são convertidas em vendas ou caixa. As medidas de liquidez global geralmente são inadequadas, porque a liquidez “verdadeira” pode ser significativamente afetada por diferenças na composição dos ativos e passivos circulantes (GITMAN, 1987, p, 220).

Essas atividades indicam a rapidez com que varias contas são convertidas em vendas ou em caixa, ou seja, reconhece que o ciclo operacional se completa no momento da saída de mercadorias ou produtos do estoque por venda realizada a dinheiro. É importante olhar além das medidas de liquidez global de modo a equilibrar a atividade das contas circulantes específicas.

Há inúmeros índices para medir a atividade das contas circulantes mais importantes, que incluem estoques, duplicatas a receber e contas a pagar. Também pode ser avaliada a atividade dos ativos totais (GITMAN, 1987, p, 222).

As medidas ou índices de atividade são: giro de estoque, período médio de cobrança, período médio de pagamento e giro do ativo total.

- *Giro de Estoque = 360 x Estoque / Custo da Mercadoria Vendida*

$$GE = 360 \times \text{Estoque} / \text{CMV}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 172).

Calcula-se o giro de estoque da empresa multiplicando o estoque pela media anual e dividindo pelos custos dos produtos vendidos. O giro do estoque mensura a atividade ou liquidez do estoque de uma empresa. Deve ser comparado com o de outras empresas ou com giro de estoques passados. O índice depende muito do setor e pode ser convertido na idade media do estoque que é 360, referente a quantidade de dias no ano.

Muitos crêem que quanto maior for o giro do estoque da empresa, mais eficientemente ela terá administrado seus estoques. Isto é verdadeiro até certo ponto; acima deste, um alto giro dos estoques pode indicar problemas. Por exemplo, um modo de aumentar o giro do estoque é manter os estoques muito pequenos. Contudo, tal estratégia pode resultar num grande

numero de falta de estoque (vendas perdidas devido a falta de estoque GITMAN, (1987, p, 223).

Segundo GITMAN, o giro dos estoques é significativo somente quando comparado ao de outras empresas pertencentes ao mesmo setor. Este índice de giro, quando dividido por 360 (número aproximado de dias do ano), resulta no número médio de dias de venda que a empresa tem em estoque.

Para cada setor há uma faixa do giro de estoque que pode ser considerada satisfatória. Valores abaixo dessa faixa podem significar estoques ilíquidos ou inativos, enquanto que valores acima podem significar estoques insuficientes e faltas elevadas de estoque.

- *Período Médio de Cobrança = 360 x Duplicatas a receber / total de vendas brutas*

$$\text{PMC} = 360 \times \text{Duplicatas a receber} / \text{Vendas brutas}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 172).

Calcula-se o período médio de cobrança multiplicando as duplicatas a receber pela media de dias anual 360, e dividindo pelas vendas brutas. O período médio de cobrança é o tempo necessário para cobrar as duplicatas a receber, com esse índice é possível avaliar a política de credito e cobranças. Quanto menor esse índice mais eficaz é o sistema de cobrança da empresa, esse período se dá através do saldo das contas a receber pela media das vendas diárias. Por exemplo, se uma empresa concede credito de 30 dias e seu PMC é de 58,9 dias indicaria um departamento de credito e cobrança mal administrado Gitman (1987, p.223)O período médio de cobrança só é significativo em função das condições de credito da empresa.

- *Período Médio de Pagamento = 360 x Fornecedores / Compras*

$$\text{PMP} = 360 \times \text{Fornecedores} / \text{Compras}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o período médio de pagamento multiplicando os fornecedores por 360 e dividindo pelas compras que é o estoque inicial menos o estoque final menos os custos de mercadorias vendidas. A dificuldade em calcular esse índice baseia-se na necessidade de se terminar as compras anuais e normalmente as compras são estimadas como uma dada porcentagem do custo das mercadorias vendidas. Um grande facilitador seria fazer uma análise cronológica das duplicatas, para acompanhar sua evolução através dos tempos.

Análise cronológica das duplicatas é uma técnica para avaliar a composição de duplicatas a pagar ou receber. Dá ao analista informações referentes a proporção de cada tipo de duplicatas que estiver atrasada durante um período de tempo (J.GITMAN, 1987, p, 224).

Assim podendo revelar alguma irregularidade, mas para isso exige que as duplicatas estejam divididas em grupos com base nas datas de vencimento; esta divisão é feita em base mensal retrocedendo três ou quatro meses.

- *Giro do Ativo Total = Vendas / Ativo Total*

$$\text{GAT} = \text{Vendas} / \text{Ativo Total}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o giro do ativo total dividindo as vendas pelo ativo total da empresa. Esse índice indica a eficiência com que a empresa é capaz de usar seus ativos para gerar vendas. Quanto maior esse giro do ativo mais eficiente seus ativos poderão ser usados. É de grande interesse pela administração da empresa por indicar a eficiência das operações financeiras da empresa Gitman (1987, p.115) [...] "O índice do ativo total indica a eficiência com a qual a empresa usa todos os seus ativos para gerar vendas"

2.3.6. Análise do Endividamento

A posição de endividamento da entidade mostra o montante do capital de terceiros que está sendo usado para tentar gerar lucros. Para muitos credores, o

grau de endividamento da empresa é de grande interesse, pois demonstra a situação e chances da empresa de quitar suas dívidas a curto e longo prazo.

O endividamento de uma empresa tem relação geralmente com os recursos de terceiros. "A situação de endividamento de uma empresa indica o montante de recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros." Gitman (1997 p. 115).

De forma geral, quanto mais recursos de terceiros a empresa utiliza em relação ao seu ativo, maior será a sua alavancagem financeira, termo utilizado para descrever a ampliação do risco e do retorno ocasionada pelo uso de financiamento a custos fixos, como dívida e ações preferenciais. Em outras palavras, [...] "quanto maior o endividamento a custos fixos, ou alavancagem financeira, de uma empresa, maior serão o seu risco e retorno esperados." Gitman (1997 p. 116).

O aumento do risco e retorno ao uso de financiamento a custo fixo, tal como dívida e ações preferenciais.

O indicador de alavancagem financeira é utilizado pelos analistas para medir a eficiência com que os administradores aplicaram recursos provenientes de terceiros e seus efeitos na formação da taxa de retorno do capital próprio (AUGUSTO WALTER, 1988 p.129)

Os índices mais utilizados como medidas de endividamento são: índice de endividamento e índice de cobertura de juros.

- *Índice de Endividamento = Exigível total / Ativo total*

$$IE = \text{Exigível Total} / \text{Ativo Total}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de endividamento dividindo o exigível total, ou seja o passivo circulante mais o passivo exigível a longo prazo pelo ativo total da empresa. Quanto mais elevado for o índice maior será o montante de dinheiro de outras pessoas sendo usado na tentativa de gerar lucros para a empresa. A lei requer que os direitos dos credores sejam satisfeitos antes dos direitos dos proprietários, isto faz sentido, pois o credor está prestando um serviço para o

proprietário e para isso não se requer assumir os riscos da propriedade. "O índice de endividamento geral mede a proporção dos ativos totais da empresa financiada pelos credores." (GITMAN, 1997 p. 117). De forma geral, quanto maior for este índice, maior será o montante de capital de terceiros, que vem sendo utilizado para gerar lucros. Este índice é geralmente representado de maneira percentual. Um índice de endividamento geral, por exemplo, de 40%, indica que a empresa financia 40% dos seus ativos com capital de terceiros.

- *Índice de Cobertura de Juros = Lajir / Juros*

$$ICJ = \text{Lajir} / \text{juros}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de cobertura de juros dividindo o lucro antes dos juros do imposto de renda – lucro operacional pela despesa total com juros da empresa. Quanto mais elevado for o índice maior será a capacidade da empresa de atender suas obrigações de juros. "O índice de cobertura de juros mede a capacidade da empresa para realizar pagamentos contratuais." (GITMAN, 1997 p. 118). Como regra geral, Gitman (1997) sugere que este índice possua um valor mínimo de 3,0 e de preferência, próximo a 5,0.

2.3.7. Análise da Lucratividade

Existem muitas formas de se avaliar a rentabilidade de uma empresa. Cada uma delas se relaciona a um tipo de retorno da empresa, por exemplo, às vendas, aos seus ativos, ao seu patrimônio líquido, ou ao valor das suas ações. Como um todo, "essas medidas permitem a quem analisa, avaliar os lucros da empresa em confronto com um dado nível de vendas, um certo nível de ativos, o investimento dos proprietários, ou o valor da ação." Gitman (1997, p. 120).

Alguns dos índices mais comumente encontrados na literatura são: margem bruta, margem operacional, margem líquida, taxa de retorno sobre o ativo total, Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido.

Há um grande numero de medidas de lucratividade. Cada uma delas relaciona os retornos da empresa a suas vendas, a seus ativos ou ao seu patrimônio líquido (GITMAN, 1987 p. 230)

- *Margem Bruta = Lucro bruto / Vendas*

$$MB = \text{Lucro bruto} / \text{Vendas}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de margem bruta dividindo o lucro bruto com as vendas da empresa. A margem bruta mede a rentabilidade das vendas, logo após as deduções de vendas (impostos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos incondicionais) e do custo dos produtos vendidos. Este indicador fornece assim a indicação mais direta de quanto a empresa está a ganhar como resultado imediato da sua atividade.

A margem bruta indica a porcentagem de cada um real de venda que restou após a empresa ter pago por suas mercadorias. Quanto maior melhor, e menor será o custo das mercadorias vendidas (J. GITMAN, 1987 p. 231)

- *Margem Operacional = Lucro Operacional / Vendas*

$$MO = \text{Lucro operacional} / \text{Vendas}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de margem operacional dividindo o lucro operacional com as vendas da empresa. Indicador usado na análise financeira de empresas. Como no Brasil o resultado operacional já desconta a despesa líquida com juros, a margem operacional determina a porcentagem de cada R\$ 1 de venda que restou após a dedução de todas as despesas, menos o imposto de renda e as despesas não operacionais ou extraordinárias. Pode ser calculado como sendo o quociente entre o resultado operacional e a receita líquida de vendas da empresa.

A margem operacional mede o que, com frequência, se denomina *lucros puros*, obtidos em cada unidade monetária de venda. O lucro operacional é puro, no sentido de que ignora quaisquer despesas financeiras ou

obrigações (juros ou impostos de renda) e considera somente os lucros auferidos pela empresa em suas operações. (GITMAN, 1997 p. 231).

- *Margem Líquida = Lucro Líquido após o IR / Vendas*

$$ML = \text{Lucro líquido após IR} / \text{Vendas}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de margem líquida dividindo o lucro líquido após o imposto de renda com as vendas da empresa. É a Diferença entre o preço do produto e todos os custos e despesas envolvidos na fabricação. Ou seja, O Indicador usado na análise financeira de empresas, que expressa a relação entre o lucro líquido da empresa e a sua receita líquida de vendas. A margem líquida determina a porcentagem de cada R\$ 1 de venda que restou após a dedução de todas as despesas, inclusive o imposto de renda, e é calculada como sendo o quociente entre o lucro líquido e a receita líquida de vendas da empresa.

"A margem líquida mede a porcentagem de cada unidade monetária de venda que restou, depois da devolução de todas as despesas, inclusive o imposto de renda." (GITMAN, 1997 p. 231)

- *Taxa de retorno sobre o ativo total = Lucro Líquido após o IR / Ativo total*

$$ROA = \text{Lucro líquido após IR} / \text{Ativo total}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de taxa de retorno sobre o ativo total dividindo o lucro líquido após o imposto de renda com o ativo total da empresa. Também chamado de ROI, em finanças, retorno sobre investimento (em inglês, return on investment ou ROI), também chamado taxa de retorno (em inglês, rate of return ou ROR), taxa de lucro ou simplesmente retorno, é a relação entre o dinheiro ganho ou perdido através de um investimento, e o montante de dinheiro investido.

O montante de dinheiro ganho ou perdido pode ser referido como juros, lucros ou prejuízos, ganhos ou perdas ou ainda rendimento líquido ou perdas líquidas. O dinheiro investido pode ser referido como ativo, capital, ou custo básico do investimento. O ROI ou ROA é geralmente expresso como percentagem.

Determina a eficiência global da administração quanto a obtenção de lucros com seus ativos disponíveis. Quanto maior o ROI, melhor. (GITMAN, 1997 p. 232)

- *Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido = Lucro Líquido após o IR / Patrimônio Líquido*

$$\text{ROE} = \text{Lucro líquido após IR} / \text{PL}$$

Fonte: Assaf Neto (2001, p. 173).

Calcula-se o índice de taxa de retorno sobre o patrimônio líquido dividindo o lucro líquido após o imposto de renda com o patrimônio líquido da empresa. ROE é o acrônimo de Return On Equity (em português: Retorno sobre o Patrimônio). A ROE é um indicador financeiro percentual que se refere à capacidade de uma empresa em agregar valor a ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Isto é, o quanto ela consegue crescer usando nada além daquilo que ela já tem. O ROE é frequentemente utilizado por investidores, acionistas, financeiras, e outras entidades para acompanhar o potencial e estabilidade de uma empresa. Gitman (1997, p.232) Este índice mostra o retorno ganho sobre o investimento dos proprietários tanto acionistas preferenciais quanto comuns. Geralmente quanto maior for esse índice melhor para os proprietários.

3. RESULTADO DA PESQUISA

3.1. APLICAÇÃO DAS ANALISES QUANTITATIVAS

3.1.1. Análise Vertical e Horizontal

BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Período entre 2006 a 2008

ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

ATIVO	2006	%	2007	%	2008	%
CIRCULANTE	2.289.623	8,1	3.926.542	12,1	5.133.875	17,4
Disponível	986.059	3,5	1.922.506	5,9	679.301	2,3
Caixas	273.378	1,0	278.119	0,9	98.887	0,3
Bancos	365.677	1,3	1.299.545	4,0	532.020	1,8
Aplicação financeira	300.740	1,1	250.000	0,8	-	-
Cartão de crédito	61	0,0	7.682	0,0	12.526	0,0
Cobrança em trânsito	46.203	0,2	87.160	0,3	35.868	0,1
Creditos a receber	1.097.586	3,9	1.768.320	5,5	1.610.647	5,5
Creditos p/ vendas de serviços	627.296	2,2	1.298.516	4,0	1.195.288	4,1
Creditos p/ vendas de imobilizados	-	-	20.062	0,1	-	-
Impostos a recuperar	175.221	0,6	116.793	0,4	122.603	0,4
Outros creditos	295.069	1,0	332.949	1,0	292.756	1,0
Estoques	201.085	0,7	233.122	0,7	2.841.966	9,6
Almoxarifado	201.085	0,7	233.122	0,7	2.841.966	9,6
Despesas antecipadas	4.893	0,0	2.594	0,0	1.961	0,0
Despesas a apropriar	4.893	0,0	2.594	0,0	1.961	0,0
NÃO CIRCULANTE	25.972.912	91,9	28.401.263	87,9	24.357.573	82,6
Realizável a Longo prazo	10.279.500	36,4	11.495.690	35,6	10.000	0,0
IR s/Lucro diferido	102.729	0,4	-	-	-	-
CSSL s/Lucro diferido	61.638	0,2	-	-	-	-
Títulos de capitalização	-	-	-	-	10.000	0,0
Mutuos Coax/CBR	10.115.133	35,8	11.495.690	35,6	-	-
Imobilizado	14.409.947	51,0	16.011.983	49,5	15.742.587	53,4
Imobilizações em tecnologia	22.241.841	78,7	23.803.708	73,6	25.943.173	88,0
Outras imobilizações	8.222.428	29,1	11.317.043	35,0	14.481.780	49,1
Estoque de imobilizado	631.879	2,2	2.341.180	7,2	-	-
(-)Depreciações acumuladas	(16.686.201)	(59,0)	(21.449.948)	(66,4)	(24.682.366)	(83,7)
Intangíveis	-	-	893.590	2,8	8.604.986	29,2
Bens intangíveis	-	-	1.997.131	6,2	10.542.972	35,7
(-)Amortizações acumuladas	-	-	(1.103.541)	(3,4)	(1.937.986)	(6,6)
Diferido	1.283.465	4,5	-	-	-	-
Despesas - pré operacionais	2.265.308	8,0	2.265.308	7,0	-	-
Bens intangíveis	1.912.451	6,8	-	-	-	-
(-)Amortizações acumuladas	(2.894.294)	(10,2)	(2.265.308)	(7,0)	-	-
TOTAL DO ATIVO	28.262.535	100	32.327.805	100	29.491.448	100

BALANÇO PATRIMONIAL – BP

Período entre 2006 a 2008

ANALISE VERTICAL E HORIZONTAL

PASSIVO	2006	%	2007	%	2008	%
CIRCULANTE	6.320.305	22	5.176.798	16	12.140.186	41
Fornecedores	2.001.093	7	2.286.129	7	7.728.405	26
Obrigações sociais / trabalhistas	457.548	2	469.366	1	726.814	2
Obrigações fiscais / tributarias	1.359.974	5	2.222.361	7	2.355.000	8
Empréstimo BNB	-				1.197.164	4
Sistema BNDES	2.314.429	8	8.406	0	-	
outras obrigações	187.261	1	190.536	1	132.803	0
NÃO CIRCULANTE	5.923.788	21	8.658.420	27	8.533.413	29
Exigível a Longo Prazo	5.923.788	21	8.658.420	27	8.533.413	29
Sistema BNDES	-		-		-	
Empréstimo BNB	3.447.515	12	5.287.096	16	5.151.102	17
Provisão diversa					60.000	0
Obrigações tributarias	2.229.721	8	3.371.324	10	3.322.311	11
IR s/lucro diferido	154.095	1	-		-	
CS s/lucro diferido	92.457	0	-		-	
PATRIMONIO LIQUIDO	16.018.442	57	18.492.587	57	8.817.849	30
Capital social	14.638.660	52	14.638.660	45	3.000.000	10
Capital social	14.638.660	52	14.638.660	45	3.000.000	10
Reservas	755.942	3	2.768.352	9	5.817.849	20
Reservas de capital	-		-		-	
Reservas de lucro	755.942	3	2.768.352	9	5.817.849	20
Lucros / Prejuizos acumulados	623.840	2	1.085.575	3	-	
Lucros acumulados	-		961.465	3	1.861.304	6
(-)Prejuizos acumulados	(4.178.656)	(15)	-		-	
Lucro do periodo	4.802.496	17	8.371.720	26	8.191.056	28
(-)Lucro distribuido	-		(8.247.610)	(26)	(10.052.360)	(34)
TOTAL DO PASSIVO	28.262.535	100	32.327.805	100	29.491.448	100

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

Período entre 2006 a 2008

ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

	2006	%	2007	%	2008	%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	30.220.670	100	38.864.770	100	50.237.956	100
Receita de vendas de serviços	30.220.670	100	38.864.770	100	50.237.956	100
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	6.410.355	21,2	7.386.842	19,0	11.631.655	23,2
(-) Impostos sobre vendas	6.096.950	20,2	6.629.285	17,1	9.200.975	18,3
(-) Descontos e bonificações	313.405	1,0	757.557	1,9	2.430.680	4,8
RECEITA LÍQUIDA	23.810.315	100	31.477.928	100	38.606.301	100
(-) CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO	12.816.240	53,8	14.423.436	45,8	15.185.442	39,3
(-) Custo de programação	3.658.068	15,4	4.262.814	13,5	5.560.437	14,4
(-) Custo pessoal e encargos	675.578	2,8	988.941	3,1	1.366.584	3,5
(-) Outros custos de serviços	8.482.594	35,6	9.171.681	29,1	8.258.421	21,4
LUCRO BRUTO	10.994.075	100	17.054.492	100	23.420.859	100
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	5.527.006	28,8	7.044.119	26,0	11.324.155	33,9
(-) Despesas com pessoal e encargos	1.701.020	15,5	2.270.305	13,3	3.451.682	14,7
(-) Serviços de terceiros	535.641	4,9	1.195.077	7,0	3.119.142	13,3
(-) Despesas administrativas	2.363.451	0,0	2.613.007	0,0	3.391.505	0,0
(-) Despesas tributárias	452.029	4,1	339.581	2,0	123.422	0,5
(-) Despesas financeiras	474.865	4,3	626.149	3,7	1.238.404	5,3
Receitas financeiras	772.694	7,0	1.830.709	10,7	610.893	2,6
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	143.957	100	315.618	100	264.557	100
(-) OUTRA DESPESA OPERACIONAIS	37.883	26,3	18.245	5,7	20.999	7,9
RESULTADO OPERACIONAL	6.345.837	100	12.138.455	100	12.951.155	100
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DA CSLL	6.345.837	100	12.138.455	100	12.951.155	100
(-) PROVISÃO CSLL	397.148	6,2	1.002.789	8,2	1.241.863	9,5
RESULTADO ANTES DO I.R	5.948.689	100	11.135.666	100	11.709.292	100
(-) PROVISÃO I.R	123.945	2,0	751.536	6,7	1.134.612	9,6
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.824.744	100	10.384.130	100	10.574.680	100
(-) RESERVA DE CAPITAL	955.248	16,4	2.012.410	19,3	-	-
(-) RESERVA DE LUCRO	67.000	1,1	-	-	2.383.623	22,5
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.802.496	15,9	8.371.720	21,5	8.191.057	16,3

DEMONSTRATIVO DE LUCRO OU PREJUÍZOS ACUMULADOS - DLPA

Período entre 2006 a 2008

ANALISE VERTICAL E HORIZONTAL

	2006	%	2007	%	2008	%
(+) Saldo anterior de lucros acumulados	(4.178.656)	(253,9)	623.840	4,8	1.085.575	7,0
(+) Ajustes credores de períodos-base anteriores	-	-	337.625	2,6	1.501.603	9,7
(+) Correção monetária dos lucros acumulados	-	-	-	-	-	-
(+) Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-
(+) Outros recursos	-	-	-	-	-	-
(+) Lucro líquido do período - base	5.824.744	353,9	12.138.455	92,7	12.951.155	83,3
(-) Saldo anterior de prejuízos	-	-	-	-	-	-
(-) Ajustes devedores de período - base anteriores	-	-	-	-	-	-
(-) Correção monetária dos prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-
(-) Prejuízo líquido do período-base	-	-	-	-	-	-
Soma dos recursos	1.646.088	100	13.099.920	100	15.538.333	100
(+) Transferências para reservas	1.022.248	100,0	2.012.410	17	3.049.497	19,6
(+) Dividendos ou lucros distribuídos, pagos ou creditados	-	-	8.247.610	69	10.052.360	64,7
(+) imposto sobre o lucro líquido	-	-	1.754.325	15	2.376.476	15,3
(+) parcelas dos lucros incorporados ao capital	-	-	-	-	-	-
(+) Outras aplicações	-	-	-	-	60.000	0,4
Soma das aplicações	1.022.248	100	12.014.345	100	15.538.333	100
Lucro ou prejuízos acumulados	623.840		1.085.575		-	-

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

Período entre 2006 a 2008

ANALISE VERTICAL E HORIZONTAL

	2006	%	2007	%	2008	%
ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.482.929	100	16.374.474	100	18.097.293	100
Recebimento de clientes	30.129.458	100	37.885.409	100	49.316.815	100
(-) Fornecedores de sinais	-	-	-	-	(5.742.173)	(11,6)
(-) Fornecedores de materiais	(3.457.545)	(11,5)	(4.319.413)	(11,4)	(277.743)	(0,6)
(-) Prestadores de serviços	(198.795)	(1)	(303.254)	(1)	(8.559.915)	(17,4)
(-) Salários	(3.308.408)	(11,0)	(4.566.666)	(12,1)	(2.554.883)	(5,2)
(-) Impostos e contribuições	(1.653.825)	(5,5)	(1.773.792)	(4,7)	(12.499.385)	(25,3)
(-) Juros	(7.112.714)	(23,6)	(8.373.970)	(22,1)	(869.485)	(1,8)
(-) Outros pagamentos decorrentes das operações	(273.844)	(0,9)	(362.840)	(1,0)	(483.782)	(1,0)
(-) Adiantamentos diversos	(1.641.398)	(5,4)	(1.811.000)	(4,8)	(232.156)	(0,5)
ATIVIDADES FINANCEIRAS	(6.942.743)	100	(8.698.674)	100	(9.556.281)	100
Aumento ou diminuição de capital	-	-	-	-	(11.638.660)	122
Empréstimos e financiamentos obtidos	3.484.025	(50,2)	1.993.794	(22,9)	1.137.578	(11,9)
(-) Pagamento do principal de empréstimos	(2.920.948)	42,1	(2.444.858)	28,1	(498.529)	5,2
Recebimento de empréstimos	-	-	-	-	11.495.690	(120)
(-) Empréstimos concedidos	(7.505.820)	108,1	(8.247.610)	94,8	-	-
Lucros distribuídos	-	-	-	-	(10.052.360)	105
ATIVIDADES INVESTIMENTOS	(4.962.590)	100	(6.755.562)	100	(9.784.217)	100
Recebimento pela venda de imobilizado	-	-	(250.055)	4	-	-
Pagamento pela compra de imobilizado	(4.962.590)	100	(6.505.507)	96	(9.784.217)	100
VARIACÃO DA DISPONIBILIDADE PERÍODO	577.596		920.238		(1.243.205)	
SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	986.058	100	1.906.296	100	679.302	100
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES	408.462	41	986.058	52	1.922.506	283
VARIACÃO DA DISPONIBILIDADE PERÍODO	577.596	59	920.238	48	(1.243.204)	(183)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Período entre 2006 a 2008

ANALISE VERTICAL E HORIZONTAL

	2006	%	2007	%	2008	%
1. RECEITAS	29.788.623	100	38.422.832	100	48.071.833	100
1.1 Venda de mercadorias, produtos e serviços	29.788.623	100	38.283.970	100	47.807.276	99,4
1.2 resultados não - operacionais	-	0,0	138.862	0,4	264.557	0,55
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(8.552.104)	100	(11.334.699)	100	(15.188.080)	100
2.1 Materiais consumidos	(27.679)	0,3	(68.413)	0,6	-	0,0
2.2 Outros custos de produtos e serviços vendidos	(3.659.678)	42,8	(4.262.814)	37,6	(9.709.321)	63,9
2.3 Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(4.864.747)	56,9	(7.003.472)	61,8	(5.478.759)	36,1
3. RETENÇÃO	(5.872.949)	100	(5.615.626)	100	(4.785.016)	100
3.1 Depreciação e amortização	(5.872.949)	100	(5.615.626)	100	(4.785.016)	100
4. VALOR ADICIONADO LIQUIDO PROD. P/ ENTIDADE	15.363.570		21.472.507		28.098.737	
5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO TRANSFERENCIAS	772.694		1.830.709		610.893	
5.1 Resultado de equivalencia patrimonial	-		-		-	
5.2 Receitas financeiras	772.694		1.830.709		610.893	
5.3 Alugueis e royalties	-		-		-	
6. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	16.136.264	100,0	23.303.216	100,0	28.709.630	100,0
7. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	16.136.264	100	23.303.216	100	28.709.630	100
7.1 Empregados	2.701.916	16,7	3.560.011	15,3	5.195.674	18,1
Salarios e encargos	2.376.599	14,7	3.259.248	14,0	4.818.266	16,8
Comissão sobre vendas	325.317	2,0	300.763	1,3	377.408	1,3
7.2 Tributos	7.088.052	43,9	10.745.336	46,1	14.084.495	49,1
Federais	3.245.146	20,1	10.562.871	45,3	8.056.770	28,1
Estaduais	3.795.473	23,5	166.881	0,7	5.695.396	19,8
Municipais	47.433	0,3	15.584	0,1	332.329	1,2
7.3 Financiadores	521.552	3,2	626.149	2,7	1.238.404	4,3
Despesas financeiras	137.760	0,9	261.996	1,1	368.919	1,3
Juros	383.792	2,4	364.153	1,6	869.485	3,0
Alugueis	-		-		-	
7.4 Lucros distribuidos	-	0,0	8.247.610	35	8.191.057	28,5
7.5 Lucros retidos / prejuizos do exercicio	5.824.744		124.110		-	

ANALISE DA LIQUIDEZ

Periodo entre 2006 a 2008

	2006	2007	2008
ANALISE DA LIQUIDEZ			
Capital circulante liquido - CCL	(4.030.682)	(1.250.256)	(7.006.311)
Indice de liquidez corrente - ILC	0,36	0,75	0,42
Indice de liquidez seca - ILS	0,33	0,71	0,18

ANALISE DA ATIVIDADE

Periodo entre 2006 a 2008

	2006	2007	2008
ANALISE DA ATIVIDADE			
Giro do estoque - GE	5,64	5,81	67,37
Prazo medio cobranca - PMC	7,47	12,21	8,56
Giro do ativo total - GAT	0,84	1,2	1,7

ANALISE DE ENDIVIDAMENTO

Periodo entre 2006 a 2008

	2006	2007	2008
ANALISE DE ENDIVIDAMENTO			
Indice de endividamento - IE	0,43	0,42	0,70

ANALISE DE LUCRATIVIDADE

Periodo entre 2006 a 2008

	2006	2007	2008
ANALISE DE LUCRATIVIDADE			
Margem bruta - MB	0,36	0,43	0,46
Margem operacional - MO	0,21	0,31	0,25
Margem liquida - ML	0,19	0,26	0,21
Taxa retorno s/ ativo total - ROA	0,21	0,32	0,35
Taxa de retorno s/ PL - ROE	0,36	0,56	0,35

3.2. RESULTADO DAS APLICAÇÕES DAS ANALISES

RESULTADO DA ANALISE

ANALISE	INDICADOR	RESULTADO	PARAMETRO	RUIM	MEDIO	BOM
2006	Liquidez	CCL	(4.030.682)			
		ILC	0,36			
		ILS	0,33			
	Atividade	GE	5,64			
		PMC	7,47			
		GAT	0,84			
	Endividamento	IE	0,43			
	Lucratividade	MB	0,36			
		MO	0,21			
		ML	0,19			
		ROA	0,21			
		ROE	0,36			

ANALISE	INDICADOR	RESULTADO	PARAMETRO	RUIM	MEDIO	BOM
2007	Liquidez	CCL	(1.250.256)			
		ILC	0,75			
		ILS	0,71			
	Atividade	GE	5,81			
		PMC	12,21			
		GAT	1,2			
	Endividamento	IE	0,42			
	Lucratividade	MB	0,43			
		MO	0,31			
		ML	0,26			
		ROA	0,32			
		ROE	0,56			

ANALISE	INDICADOR	RESULTADO	PARAMETRO	RUIM	MEDIO	BOM
2008	Liquidez	CCL	(7.006.311)			
		ILC	0,42			
		ILS	0,18			
	Atividade	GE	67,37			
		PMC	8,56			
		GAT	1,7			
	Endividamento	IE	0,70			
	Lucratividade	MB	0,46			
		MO	0,25			
		ML	0,21			
		ROA	0,35			
		ROE	0,35			

3.3. ANALISE QUALITATIVA SOBRE OS DADOS APRESENTADOS

De acordo com seus demonstrativos contábeis, a Lei das S.A., em seu artigo 176, cita a obrigatoriedade da elaboração das seguintes demonstrações financeiras, com o fim de exprimir a situação do patrimônio da companhia e as suas mutações, como: o Balanço Patrimonial; a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; a Demonstração do Resultado do Exercício; e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

A análise econômico-financeira refere-se aos anos de 2006 a 2008, sendo realizada com base nas demonstrações contábeis fornecidas pela empresa. Os cálculos que serviram de base para o resultado da análise estão demonstrados nas páginas do referencial teórico deste trabalho.

3.3.1. Demonstrações Contábeis com as análises vertical e horizontal.

Na análise feita em 2006, verificou-se que 91,9% de seus ativos totais correspondem a seu Ativo não circulante, onde as contas dominantes são as do realizável em longo prazo e do imobilizado. Já nos anos de 2007 e 2008 esse percentual foi baixando até chegar em 87,9% de seus ativos totais. A explicação para essa análise foi um crescimento no grupo do ativo circulante da empresa com um aumento de 10% na conta estoque e na conta disponível da empresa que dobrou seu valor em 2008 se comparado com 2006 e uma redução significativa do grupo realizável em longo prazo da empresa que praticamente zerou em 2008.

No ativo permanente observa-se que entre o período de 2006 a 2008 houve um pequeno aumento percentual no imobilizado da empresa em média de 3% de 2006 a 2008, sendo assim manteve-se esse grupo em equilíbrio dentro dos períodos analisados.

O passivo circulante da empresa dobrou ao longo dos três períodos, de 22% em 2006 para 41% em 2008, onde suas maiores obrigações em curto prazo ocorreram nas contas de fornecedores e obrigações tributárias, essa última devido a um aumento considerável no ICMS recolhido e impostos federais, em particular o IR, PIS, COFINS e CSLL.

As obrigações em longo prazo da empresa mantêm-se equilibradas ao longo dos anos, com um aumento médio de 7%, mas dando enfoque a conta de fornecedores em longo prazo que foi praticamente zerada no final do período de 2008.

O Patrimônio Líquido é composto pelo capital social, que soma em 2008 apenas R\$ 3.000.000 (Três milhões de reais) referente às cotas por parte dos sócios fundadores e pelos lucros ou prejuízos acumulados que atingiram de 2% a 6% no período inicial e final analisado de 2006 a 2008, houve também um aumento em 2008 causada pelo lucro deste exercício.

Na demonstração do resultado do exercício foram observados percentuais em relação à receita líquida e a evolução das contas durante o período.

A receita líquida cresceu em média 32% de 2006 para 2007, e continuou crescendo, se que de forma menos acelerada no período de 2008 com um percentual médio de 22% em relação a 2007. Essa desaceleração ocorreu devido a um aumento na conta de despesas financeiras e redução na receitas de mesmo grupo, além de aumento nas deduções dos impostos federais e reduções que para as contas de reservas de capital e de lucro conforme ordena a lei das S.A.

O percentual de custos foi teve uma queda bastante significativa nos períodos analisados. Chegou a atingir 53% do total das receitas líquidas em 2006 e foi baixando até a média de 39% em 2008. As despesas mercantis que são caracterizadas pela empresa como despesas técnicas operacionais, e as demais despesas tiveram o mesmo comportamento nos período analisado tendo apenas uma oscilação de 55% entre os períodos inicial e final dos exercícios estudados.

Na demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados houve um significativo aumento quanto à captação de recursos auferidos pela empresa, porem a soma das aplicações foi diretamente proporcional ao aumento dos recursos, esse aumento nas aplicações se deu principalmente aos dividendos repassados nos períodos deixando assim um saldo médio de 2% e 3% nos períodos de 2006 e 2007 e por fim tendo esse saldo zerado em 2008.

A demonstração do fluxo de caixa demonstra a mesma informação quando analisada vertical e horizontalmente. Apresenta um aumento médio de 5% dos recebimentos operacionais, onde esse recebimento sofre forte redução em virtude das atividades financeiras e de investimentos, onde se destaca a distribuição dos lucros e compra de imobilizado da empresa. Em virtude disso a variação dos saldos financeiros sofre queda oblíqua do período de 2006 onde tinha 595 dessa variação para 2008 com uma queda de 183% deixando assim a variação do período final negativa.

Na demonstração do valor adicionado, de todo o valor recebível pela empresa nos três períodos analisados, a aplicação com carga tributária ocupa em média 46,3% dessa soma, em seguida o lucro distribuído que mesmo com início de sua distribuição somente em 2007 retira 21,3% do recebível da empresa. Depois vem os gastos com empregados com média de 16,7% seguido dos lucros retidos 12,2% e financiadores 3,45 de todo o recebimento da empresa. Assim como nas demais demonstrações, esse demonstrativo mostra o aumento tanto dos recebíveis quanto dos gastos que a empresa tem para exercício de suas atividades.

3.3.2. Demonstrações Contábeis com seus índices e indicadores analisados.

Os indicadores de liquidez mostram a disponibilidade dos recursos de uma empresa. No caso em análise, observou-se, que o capital circulante líquido obtido através da diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante foi negativo nos três períodos, e mesmo assim atingiu seu ápice de negatividade no último período de 2008. Isso demonstra que a empresa não teria como liquidar suas dívidas em curto prazo usando somente seu ativo circulante.

Foi identificado um valor muito alto de fornecedores a pagar e uma dívida tributária significativa. O débito de fornecedores foi dado pela grande quantidade de compras para o ativo imobilizado da empresa.

Na liquidez seca os índices obtidos foram abaixo de 1,00 para os três períodos onde começou 2006 com 0,33, tendo uma melhora em 2007 com 0,71 e uma queda brusca em 2008 para 0,18. Demonstrando com isso que a empresa não tem condições de liquidar seu passivo circulante utilizando seu ativo circulante com exceção de seu estoque.

A liquidez corrente apresentou índices também inferiores ao mínimo nos períodos analisados, isso devido a sua grande concentração estar no ativo não circulante, com isso a empresa não tem liquidez necessária para pagar seu passivo circulante. Nos períodos analisados ficaram em 2006 com 0,36 de ativo circulante para cada real do passivo circulante, em 2007 ficou com 0,75 tendo uma melhora, mas ainda sim ficando abaixo do nível mínimo para manter um equilíbrio, e em 2008 teve uma queda para 0,42 de ativo para cada real do passivo circulante.

O ciclo operacional da empresa demonstra o desempenho operacional e suas necessidades de investimento em giro. Com base nos cálculos demonstrados nas pág. 56 e 57 deste trabalho.

Identificou-se que: Nos dois períodos de 2006 e 2007 o prazo médio de estocagem era de 05 e 06 dias, ficando assim em desacordo com o serviço oferecido, deixando risco para a falta de material de instalação dos serviços de TV e internet a cabo. Em 2008 esse prazo teve uma melhora surpreendente para 67 dias, deixando o prazo de estocagem numa segurança muito mais confortável.

O prazo médio de cobrança teve pouca variação no decorrer dos três períodos, apesar de ser curto o prazo, tendo em vista que a cliente paga pra depois ter direito ao serviço, e essa forma de cobrança está permitida pela Anatel, o índice ficou com 07,12 e 08 dias de acordo com os anos respectivos de 2006 a 2008.

Quanto ao giro do ativo a empresa em 2006 teve um índice eficiente e necessário pra se ter um bom andamento nesse quesito. Ou seja, o índice no período de 2006 foi de 0,86. Significa dizer que para cada real gerado na venda do serviço, a empresa utilizou 0,86 centavos do seu ativo. Nos períodos seguintes houve uma deficiência desses índices ficando acima da media ideal para o um bom desenvolvimento da empresa. Em 2007 e 2008 os índices do giro do ativo ficaram em 1,20 e 1,70 respectivamente.

Na composição de endividamento foi observado que no índice de endividamento para cada real do ativo, 0,43 são de propriedade de terceiros. Esse índice tem uma leve baixa em 2007 para 0,42 e sobe bruscamente para 0,70 em 2008, em virtude de seus altos financiamentos com os bancos.

Quanto a sua lucratividade a empresa vem progredindo quanto a sua margem bruta que cresceu de 0,36 a 0,46 entre os períodos e 2006 a 2008 significam dizer que para cada real adquirido na venda dos serviços prestados, a empresa ficou com 0,46 centavos do real ganho no ultimo período analisado.

Na sua margem operacional que é todo o real ganho pela empresa menos os impostos por ela pago, essa progressão oscilou levemente com 0,21 em 2006, subindo para 0,31 em 2007 e tendo uma queda para 0,25 em 2008.

A margem líquida nos mostra o ganho da empresa deduzindo as despesas e os impostos calculados, e assim como na margem operacional esse índice teve uma pequena oscilação nos períodos de 2006 a 2008 com os índices de 0,19 0,26 e uma queda para 0,21 em 2008 respectivamente.

Quanto à taxa de retorno sobre o ativo total, a empresa apresenta um bom índice que vem crescendo ao longo dos anos. Esse índice mostra quanto a empresa gasta de seu ativo para gerar lucro. Então para cada real lucrado pela

Empresa, a mesma gastou em 2006 0,21 do seu ativo. Esse índice aumentou em 2007 para 0,32 e em 2008 ficou em 0,35 demonstrando que cada vez mais a empresa tem que usar ainda mais dos seus ativos para gerar lucro no final do exercício.

A taxa de retorno sobre o PL mostra quanto a sociedade gastou para que a empresa gerasse lucro no exercício. Esse índice teve uma oscilação entre os períodos analisados começando com 0,36 em 2006 subindo para 0,56 em 2007 e tendo uma melhora para 0,35 em 2008.

A partir do exposto no presente estudo que a análise financeira de uma empresa é importante quando existe o desejo de conhecer a sua situação econômico-financeira. Esta análise pode ser realizada de várias maneiras, porém, este estudo destacou as principais técnicas de análise, no intuito de apresentar a situação financeira da Cabo Serviços de Telecomunicações Ltda nos exercícios findos de 2006 a 2008, comparando um exercício com o outro.

Cada técnica de análise financeira abordada possui uma conotação diferente, e reforça um aspecto específico da análise. Por esta razão é que se deve considerá-los como complementares entre si, pois só depois dos resultados de todos os índices possíveis é que se torna prudente emitir um relatório sobre a situação financeira da empresa.

Este estudo contemplou os componentes da análise financeira e escolheu os índices que mais refletiam a situação econômico-financeira da Cabo serviços de Telecomunicações Ltda no período de 2006 a 2008, baseado em técnicas de análise financeira e de balanço, concluindo que a situação inspira cuidados, já que trabalha em uma situação de risco financeiro, é recomendável um acompanhamento da política que define a utilização de capital de terceiros.

A análise da empresa estudada permite aos gestores a visualização dos acontecimentos financeiros no período de 2006 a 2008, onde foi observado o comportamento das contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis e financeiras.

Este estudo é apenas uma amostra do que poderá ser levantado em termo de análise financeira na empresa, que servirá como ferramenta básica de orientação para tomada de decisões.

4 CONCLUSÕES

O presente trabalho teve por objetivo analisar o comportamento da situação financeira da Cabo Serviços de Telecomunicações Ltda no período de 2006 a 2008. Com isso, verificar os componentes da análise financeira, escolher os que mais refletem a situação econômico-financeira, calcular os indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade e analisar a real situação da empresa, baseado em técnicas de análise financeira e de balanços.

A metodologia escolhida para a pesquisa apresentou algumas dificuldades, tendo em vista, o método que é limitado por não ser permitido o acesso a mais informações contábeis para serem úteis ao resultado final. Na pesquisa bibliográfica, os dados foram coletados em livros, constando de consultas em algumas bibliotecas, em alguns sites na Internet, através de endereços conhecidos, e/ou sites de busca. Na pesquisa de campo, foram levantados documentos internos para o enriquecimento deste trabalho.

A análise das demonstrações é destinada a vários usuários, sendo fundamental para quem pretende relacionar-se com a empresa. Dentre os usuários da análise das Demonstrações Contábeis destacam-se: os fornecedores, os clientes, bancos, governo, e principalmente os dirigentes. Para os fornecedores a análise torna-se importante porque mostra a capacidade de pagamento de seus clientes, tornando a relação de negócios segura.

Através da análise os bancos podem perceber que a empresa tem uma boa capacidade de solvência, facilitando assim a relação entre os bancos e as empresas. Para os dirigentes a contribuição da análise é de fundamental importância, pois fornece dados financeiros para a tomada de decisões segura no cenário econômico. Para o desenvolvimento deste trabalho foi necessário conhecer os relatórios utilizados pela empresa de serviços de TV a cabo, objeto deste trabalho. Foi apresentado pelos gestores as seguintes Demonstrações Contábeis: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, o Fluxo de caixa e a Demonstração do valor adicionado.

Na análise apresentada, muitos pontos relevantes foram destacados. Observou-se o comportamento das contas do Balanço Patrimonial e os fatos que contribuíram para determinados resultados como, por exemplo, o crescimento do

passivo circulante no exercício de 2008, o que foi proveniente de uma alta quantia em bancos.

Na análise da Demonstração do Resultado do Exercício foi visto que os custos dos serviços prestados tiveram uma queda se comparado com a receita líquida que cresceu nos períodos decorrentes. Diante dos aspectos relevantes da análise, assim como a identificação dos principais usuários conclui-se que a análise é uma ferramenta de grande importância para auxiliar na tomada de decisão segura.

Diante da importância da análise nas demonstrações contábeis e também da importância da empresa de serviços de TV a cabo na cidade, recomenda-se: que uma nova pesquisa seja desenvolvida para obtenção de dados com relação ao conhecimento, ao uso da análise econômico-financeira e a importância da Empresa de telecomunicações dentro da cidade do Natal.

Concluir-se que a análise financeira de uma empresa é importante quando existe o desejo de conhecer a sua situação econômico-financeira. Esta análise pode ser realizada de várias maneiras, porém, este estudo destacou as principais técnicas de análise, no intuito de apresentar a situação financeira da Cabo Serviços de Telecomunicações Ltda nos exercícios findos de 2006 a 2008, comparando um exercício com o outro.

Vale salientar que este estudo é apenas uma amostra do que poderá ser levantado em termo de análise financeira, cabendo à empresa, caso desperte interesse por um aprofundamento nesta área, trabalhar com estes e outros indicadores, para obter um diagnóstico mais preciso da sua situação financeira, que poderá ser a ferramenta básica de orientação à tomada de decisões.

5 REFERENCIAS

Anatel. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet>>. Acesso em: 09 maio 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: Um enfoque econômico-financeiro; Comércio e serviços; Indústrias; Bancos comerciais e múltiplos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSAF NETO, Alexandre. **Fianças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2003; **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

AUGUSTO WALTER, Milton. **Introdução à análise de balanços**. 6.ed, São Paulo: Atlas, 1988.

FOSTERr, G. **Financial Statement Analysis**. New Jersey: Prentice-Hall International, 1986.

GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração Financeira**. 3.ed, São Paulo: Harbra, 1987.

IUDIÍCIBUS, Sergio de; et al, **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEV, BAURUCH. **Financial Statment analysis**: A new approach. Englewood Clifs; Pretenci-Hall, 1974.

MATARAZZO, Dante C.. **Análise Financeiro de Balanços** : abordagem básica e gerencial. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, Clovis Luis; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Thomson, 2004.